



PLANO DE ATIVIDADES 2021



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTÉRIO DO TRABALHO,
SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA
SOCIAL



INSTITUTO DO EMPREGO
E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

ÍNDICE



SUMÁRIO EXECUTIVO	3
I. ENQUADRAMENTO	5
I.1 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE EXTERNO	5
<i>I.1.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO</i>	<i>5</i>
I.2 OIEFP	10
<i>I.2.1 MISSÃO E VALORES</i>	<i>10</i>
<i>I.2.2 ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS</i>	<i>11</i>
<i>I.2.3 ORGANOGRAMA</i>	<i>13</i>
II. ESTRATÉGIA E OBJETIVOS	15
II.1. LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA	15
II.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	21
III. ATIVIDADE PREVISTA E RECURSOS	23
III.1. ATIVIDADE PLANEADA PARA 2021	23
III.2. RECURSOS HUMANOS	36
<i>III.2.1 NÚMERO DE EFETIVOS</i>	<i>36</i>
<i>III.2.2 PLANO DE FORMAÇÃO INTERNA</i>	<i>38</i>
ANEXO I – METAS POR MODALIDADE DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA	41



O ano de 2021 apresenta-se como um ano atípico, fruto da pandemia COVID 19 e dos avanços e recuos de períodos de confinamento da generalidade da população portuguesa, com impacto direto na economia portuguesa e consequentemente na evolução do mercado de trabalho.

A campanha de vacinação em curso, juntamente com a flexibilização gradual das medidas de contenção, cria uma expectativa de recuperação da atividade económica no decurso de 2021, mas ainda assim, num contexto de muita incerteza.

Assim, em 2021 o IEFP mantém como prioridade, a promoção de um elevado nível de emprego através do desenvolvimento de uma estratégia coordenada, em particular na perspetiva da formação de mão de obra competente, qualificada e adaptável e de mercados de trabalho capazes de reagir às transformações económicas que a conjuntura atual exige, mantendo a preocupação de dar respostas aos grupos mais atingidos pelo desemprego e com especiais dificuldades de entrada ou reentrada no mercado de trabalho, como os jovens, os desempregados de longa duração e as pessoas com deficiência ou incapacidade.

Neste sentido, a atividade do IEFP até ao final do ano centra-se nas seguintes respostas no âmbito do Emprego, da Formação Profissional e da Reabilitação Profissional, de que se destacam:

- i. Dar continuidade a políticas ativas que promovam a (re)inserção de desempregados no mercado de trabalho, a qualificação adequada às necessidades do tecido empresarial, com particular enfoque nas competências digitais, e, em consequência do contexto atual, a manutenção do emprego e a prevenção do desemprego, realçando-se que o **total dos apoios diretos às políticas de emprego, de formação profissional e de reabilitação ascendem a cerca de 1.007,7M€, prevendo-se abranger mais de 713 mil pessoas**, que incluem as colocações diretas no mercado de trabalho através dos serviços de emprego.
- ii. A **formação inicial** continua a ser uma prioridade da atividade a desenvolver em 2021, designadamente através da dupla certificação proporcionada pelos **Cursos de Aprendizagem e Cursos de Educação e Formação de Adultos**, traduzida em metas com 66 mil jovens e adultos a abranger e mais de 116,3M€ de dotação.
- iii. Já no que se refere à **formação ao longo da vida**, merece destaque a promoção da Formação Modular, em particular da **Medida Vida Ativa**, prevendo-se abranger 103 mil desempregados, aos quais acrescem 2,8 mil desempregados com baixas qualificações a integrar na medida **Vida Ativa – Qualifica +** e 12 mil jovens a integrar nas medidas **Vida Ativa Jovem** e **Jovem + Digital**. No total, estima-se uma despesa de 44M€ nestas quatro medidas.
- iv. Na reorientação dos apoios à formação profissional para as necessidades atuais e futuras do mercado de trabalho, destaca-se o reforço da atividade dos **Centros Qualifica (CQ)**, através dos quais se disponibilizam respostas de qualificação mais articuladas e consentâneas com as necessidades individuais e do mercado de trabalho, promovendo processos de orientação para adultos e o desenvolvimento de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências profissionais ou de dupla certificação. Neste



âmbito prevê-se que os CQ venham a encaminhar para oferta formativa ou para processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais cerca de 35 mil indivíduos.

- v. Outra prioridade para o ano de 2021, ainda que num contexto adverso, será ao nível do **reforço do ajustamento entre a oferta e a procura de emprego** no mercado de trabalho, através do acréscimo da eficácia e da eficiência da rede de centros, de forma a garantir uma melhoria da taxa de satisfação da oferta de emprego, por um lado, e promover a criação de emprego durável, sustentável e de qualidade, por outro, recorrendo para o efeito às medidas de **Apoio à Contratação e Inserção Profissional/Estágios**, onde se estima abranger cerca de 51 mil desempregados.
- vi. Os apoios concedidos à **reabilitação profissional** de pessoas com deficiência e incapacidade, orientação e formação profissional, inscritos para 2021 ascendem a 45M€, aos quais acrescem os pagamentos a realizar pelos Programas Operacionais respetivos diretamente às entidades beneficiárias no âmbito do Organismo Intermédio. Prevê-se, no âmbito da reabilitação profissional, abranger mais de 31,2 mil pessoas com deficiência e incapacidade.

Consideramos ainda que a atividade desenvolvida pelo IEFP deve ser alvo de **permanente avaliação** da sua eficácia e eficiência, comparando recursos e resultados. É com base neste princípio que foi definido o QUAR 2020, cujas metas e objetivos são parte integrante deste Plano de Atividades, permitindo desta forma avaliar os níveis de desempenho.



I.1 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE EXTERNO

I.1.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

As projeções possíveis para 2021 para a economia portuguesa, devem atender a uma prévia apreciação global, suportada no Conselho do BCE, que prevê que a situação económica geral melhore ao longo de 2021, embora subsistam incertezas quanto às perspetivas económicas de curto prazo, condicionada à dinâmica da pandemia “COVID-19” e à fluidez e eficácia da vacinação.

Verifica-se que as taxas de infeção persistem elevadas, a propagação de mutações do vírus e a associada extensão e intensificação das medidas de contenção estão a afetar a atividade económica da área do euro (AE) a curto prazo. Consequentemente, a recuperação da procura mundial e as medidas orçamentais adicionais estão a apoiar a atividade mundial e da AE.

A economia mundial, segundo o Eurosistema, recuperou da recessão provocada pela pandemia “COVID-19”, mais rapidamente do que o esperado, de acordo com as projeções macroeconómicas de dezembro de 2020. Entretanto, fatores adversos ao crescimento intensificaram-se com o agravamento da pandemia na viragem do ano. O aumento de novas infeções levou os governos a impor novos confinamentos rigorosos, em particular nas economias avançadas, fazendo-se logo sentir o impacto adverso destas medidas sobre o crescimento mundial. A pandemia, é assim, um elemento determinante na evolução económica em termos prospetivos. Os esforços de vacinação têm ganhado dinamismo e eficácia, de forma gradual, embora a ritmos diferentes em cada país. Em março de 2021, o nível de imunização continua a ser reduzido, embora em crescendo, para permitir o levantamento das medidas de contenção.

O comércio mundial de mercadorias também teve uma evolução mais positiva, devido sobretudo à recuperação das importações. Com efeito, no 4º trimestre de 2020, em termos homólogos reais, o comércio mundial aumentou 0,2% [-4,2% no 3º trimestre]. As importações e exportações mundiais tiveram um crescimento de 0,1% e 0,3%, respetivamente [-5,2% e -3,3%, respetivamente, no 3º trimestre].

O melhor registo das trocas comerciais deu-se sobretudo nas economias avançadas, especialmente em termos de importações, as quais tiveram um crescimento de 0,8%. Nos países emergentes, verificou-se a continuação da aceleração das exportações para 2,3% (0,4% no 3º trimestre).

O PIB dos EUA registou uma quebra de 2,4%, em termos homólogos reais, no 4º trimestre de 2020, refletindo uma melhoria de todas as componentes, com destaque para o forte crescimento do investimento no segmento residencial. No total do ano de 2020, o PIB contraiu 3,5% (crescimento de 2,2% em 2019). No início de 2021, a atividade económica apresentou algumas melhorias e a taxa de desemprego desceu para 6,3% em janeiro de 2021 (6,7% em dezembro de 2020) e a taxa de inflação homóloga manteve-se em 1,4%.

A economia da China continuou a consolidar-se, através do forte desempenho registado na produção industrial, nas vendas a retalho e no comércio externo.



O pacote de estímulo orçamental nos EUA, aprovado em dezembro de 2020, o acordo comercial entre a União Europeia e o Reino Unido apoiam as perspetivas para o enquadramento externo da AE em 2021.

Projeta-se um crescimento do PIB mundial seja de 6,2% em 2021, antes de desacelerar para 4,0% em 2022 e 3,5% em 2023. Em 2020, verificou-se uma contração estimada de 2,9% do PIB mundial.

Hipóteses de Projecções para os anos 2021 e 2023 (em março de 2021)					
Indicadores	Un.	2020	2021	2022	2023
Enquadramento Internacional					
PIB mundial	TVA	-2,9	6,2	4,0	3,5
Comércio mundial	TVA	-9,5	8,4	4,6	3,5
Procura externa	TVA	-12,3	7,4	5,7	3,5
Preço do petróleo (dólares)	VMA	42,3	59,3	55,7	53,7
Preço do petróleo (euros)	VMA	37,1	49,1	46,2	44,4
Condições Monetárias e Financeiras					
Taxa de juro de curto prazo (EURIBOR a 3 meses)	%	-0,4	-0,5	-0,5	-0,4
Taxa de juro implícita da dívida pública	%	2,2	2,0	1,9	1,8
Índice de taxa de câmbio efetiva do euro	TVA	3,3	1,8	-0,1	0,0
Taxa de câmbio euro-dólar	VMA	1,1	1,2	1,2	1,2

Fonte : BdP (Boletim Económico - março de 2021)

Símbolos : TVA - taxa de variação

No 4º trimestre de 2020, a produção industrial mundial recuperou, tendo aumentado 0,4% em termos homólogos. O comércio mundial de mercadorias teve uma evolução mais positiva, devido sobretudo à recuperação das trocas comerciais das economias avançadas.

O crescimento do PIB da OCDE desacelerou para 0,7% em cadeia no 4º trimestre de 2020 (9,2% no trimestre precedente), tendo aquele agregado diminuído 4,9% no conjunto do ano, a maior quebra jamais registada (com registos desde 1962), refletindo as consequências da pandemia no desempenho das economias, particularmente no 1º semestre. Em 2020, a taxa de desemprego da OCDE subiu para 7,1%, em média (5,4% em 2019) e a taxa de inflação abrandou para 1,4% (2,1% em 2019).

O PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) registou uma quebra de 0,4% e 0,6% em cadeia em termos reais, respetivamente, no 4º trimestre de 2020, tendo, em termos homólogos, caído 4,8% e 5%, respetivamente. O emprego diminuiu 1,6% e 1,8%, em média, na UE e na AE, respetivamente, no conjunto do ano de 2020. Em janeiro de 2021, a taxa de inflação homóloga da AE acelerou significativamente para 0,9%, tendo baixado para 0,2% em termos de variação média dos últimos 12 meses.

O preço do petróleo Brent aumentou, em média, para 62 USD/bbl (51 €/bbl) em fevereiro de 2021, em virtude dos cortes na oferta da OPEP, em simultâneo com a escassez recente de crude provocada pela vaga de frio no sul dos EUA.

Na última semana de fevereiro de 2021 as taxas de juro de curto prazo desceram nos EUA, tendo apresentado uma subida, embora ténue, na AE, respetivamente para 0,19% e -0,54%. As taxas de longo prazo, têm estado a evoluir no sentido ascendente nos EUA, para se situarem em níveis anteriores à pandemia, refletindo os alertas sobre o risco de sobreaquecimento da economia. Os prémios de risco dos países periféricos da AE aumentaram, com exceção da Itália.



Na AE, estima-se que o PIB real tenha registado uma contração de 6,6% em 2020, com o nível de atividade económica para o 4º trimestre do ano a situar-se 4,9% abaixo do nível registado antes da pandemia no final de 2019. Os mais recentes dados económicos, apontam para a continuação da fragilidade económica no 1º trimestre de 2021, motivada pela persistência da pandemia e pelas medidas de contenção associadas. Com efeito, é provável que o PIB real volte a contrair-se no 1º trimestre de 2021. A evolução económica continua a ser desigual nos vários países e setores, com o setor dos serviços a ser mais negativamente afetado pelas restrições à interação social e à mobilidade do que o setor da indústria, que regista uma recuperação mais rápida. Embora as medidas de política orçamental apoiem as famílias e as empresas, os consumidores permanecem cautelosos em relação à pandemia e ao impacto da mesma no emprego e nos rendimentos. Os balanços mais fracos das empresas e a elevada incerteza quanto às perspetivas económicas ainda pesam sobre o investimento empresarial.

Em termos prospetivos, as campanhas de vacinação em curso, juntamente com a flexibilização gradual das medidas de contenção, sem prejuízo de novos desenvolvimentos adversos relacionados com a pandemia, sustentam a expectativa de uma recuperação firme da atividade económica no decurso de 2021.

No mercado de trabalho, constata-se uma taxa de desemprego na UE e na AE, de 7,2% e 8%, respetivamente, em 2020 (6,7% e 7,6%, respetivamente, em 2019). O emprego diminuiu 1,6% e 1,8%, em média, na UE e AE, respetivamente, no conjunto do ano de 2020.

A médio prazo, a recuperação da economia da AE deverá ser apoiada por condições de financiamento favoráveis, entre outros mecanismos, programas-medidas pelos “PRR-Plano de Recuperação e Resiliência”, por uma orientação orçamental expansionista e por uma retoma da procura, à medida que se levantam gradualmente as medidas de contenção. Esta avaliação encontra-se, no geral, refletida no cenário de base das projeções macroeconómicas para a AE. Estas projeções indicam que o crescimento real anual do PIB se situará em 4,0% em 2021, 4,1% em 2022 e 2,1% em 2023. Em termos gerais, os riscos em torno das perspetivas de crescimento da área do euro a médio prazo tornaram-se mais equilibrados, embora subsistam riscos em sentido descendente a curto prazo.

Prevê-se que a inflação homóloga medida se situará em 1,5% em 2021, 1,2% em 2022 e 1,4% em 2023. Estas projeções assentam, em grande parte, em fatores temporários e a uma inflação mais elevada dos preços dos produtos energéticos, mantendo-se inalteradas para 2023. A inflação medida pelo IHPC, excluindo produtos energéticos e produtos alimentares, deverá ser 1,0% em 2021 e 1,1% em 2022, para registar 1,3% em 2023.

O indicador de FBCF registou uma desaceleração de 2,2% em 2020. Esta queda deveu-se ao contributo mais negativo da componente de máquinas e de equipamentos.

O défice acumulado da balança corrente, até dezembro de 2020, foi de 2 377 milhões de euros, o que representa um agravamento de 3 198 milhões de euros em termos homólogos. No mesmo período registou-se uma capacidade de financiamento da balança corrente e de capital de 256 milhões de euros.

As contas nacionais trimestrais-INE para o 4º trimestre de 2020 apresentam uma contração homóloga real do PIB de 6,1% [-5,7% no terceiro trimestre]. Segundo o INE, esta variação resultou de um contributo mais negativo da procura externa líquida, parcialmente compensada pelo contributo menos negativo da procura



interna. Face ao trimestre precedente registou-se um aumento de 0,2% em termos reais. No total do ano de 2020, o PIB contraiu 7,6% (crescimento de 2,5% em 2019).

O Consumo Privado, segundo o INE, no 4º trimestre de 2020, apresentou uma redução homóloga de 4,8% em volume, o que representa um agravamento face ao observado no trimestre anterior [-4,1%]. No total do ano de 2020, o Consumo Privado decresceu 5,9%.

Projeções - Indicadores para a Atividade Económica de Portugal					
Indicadores	Un.	2020	2021	2022	2023
PIB	VH real	-7,6	3,9	5,2	2,4
Consumo Privado	VH real	-5,9	2,0	4,8	2,3
Consumo Público	VH real	0,5	3,7	0,7	0,6
Formação Bruta Capital Fixo (FBCF)	VH real	-2,2	3,6	8,0	3,7
Procura Interna	% / PIB	-4,7	1,4	4,6	2,3
Exportações (bens e serviços)	VH real	-18,6	13,7	11,5	5,3
Importações (bens e serviços)	VH real	-12,0	10,2	9,9	5,0
Balança Corrente e de capital (% PIB)	% PIB	0,1	1,5	2,8	2,9
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)	%	-0,1	0,7	0,9	1,0
Emprego	%	-1,7	0,3	1,6	0,5
Taxa de Desemprego	%	6,8	7,7	7,6	7,2

Fonte : BdP (Boletim Económico - março de 2021)

Os dados relativos ao comércio internacional de bens (INE) para o 4º trimestre de 2020, apontam para uma redução, em termos médios homólogos, de 3,2% das exportações e de 10,2% das importações.

No mesmo período, e em termos médios homólogos nominais: As exportações de bens, registaram uma redução de 2,4% na componente intracomunitária e de 6% na componente extracomunitária; Nas importações de bens, verificou-se uma redução de 7,6% no mercado intracomunitário e de 19,1% no mercado extracomunitário.

A taxa de cobertura do comércio internacional de bens situava-se nessa altura em 79,3% (74,9% em igual período de 2019).

No mês de janeiro, a variação homóloga do índice de preços no consumidor (IPC) foi de 0,3%, ou seja, 0,5 p.p. superior à verificada no mês anterior. Todavia, enquanto a taxa de variação na componente de bens foi de 0,3% [-0,5% em dezembro], a taxa de variação nos serviços foi de 0,4% [+0,2% no mês anterior].

A Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht): De acordo com o Banco de Portugal, no final do ano de 2020, a dívida pública atingiu 270 408 milhões de euros, um acréscimo de 3 325 milhões de euros face ao mês anterior e mais 20 423 milhões de euros que no final de 2019. A dívida líquida de depósitos das administrações públicas registou um crescimento de 1 836 milhões de euros face ao verificado no final de novembro e mais 11 025 milhões de euros que no final do ano de 2019 com os depósitos a aumentarem 9 398 milhões de euros face ao início do ano.



Evolução do Mercado de Trabalho em 2020

INDICADOR	Un.	2020	1º Tr.	2º Tr.	3º Tr.	4º Tr.	2021-jan
Taxa de Desemprego *	%	6,8	6,7	5,6	7,8	7,1	6,9
Emprego Total *	VH	-2,0	-0,3	-3,8	-3,0	-1,0	-2,2
Desemprego Registrado, fim período	VH	-10,7	3,0	36,4	36,1	29,6	32,4
Desempregados Inscritos, longo período	VH	-1,4	6,2	41,8	10,4	4,9	-4,8
Desempregados Longa Duração, fim período	VH	2,4	-12,9	-1,2	8,7	17,5	29,5
Ofertas de Emprego, longo período	VH	-1,1	-16,3	-41,3	-7,9	1,7	-18,6
Ofertas de Emprego, fim período	VH	-5,6	-16,9	-38,2	-28,9	-13,0	-5,1
Produtividade Aparente do Trabalho	VH	n.d.	-2,0	-11,5	-1,7	n.d.	n.d.
Índice do custo do trabalho ** - Portugal	VH	8,6	7,6	14,2	6,0	6,6	n.d.
Índice do custo do trabalho ** - área EURO	VH	2,6	3,3	4,0	1,3	2,6	n.d.

* Valores do Inquérito Trimestral ao Trabalho ajustados de sazonalidade ; ** NA CE Rev2 - Total, excluindo Administração Pública,
 Fonte : GEE - Gabinete de Estratégia e Estudos-Ministério da Economia (INE ; IEFP ; MTSSS ; EUROSTAT)
 Sigla : VH-Varição Homóloga ; n.d.-não disponível

No contexto do Mercado de Trabalho, a taxa de desemprego no 4º trimestre de 2020 foi de 7,1%, menos 0,7 p.p. relativamente ao trimestre precedente e mais 0,4 p.p. em relação ao trimestre homólogo. De acordo com o módulo do Inquérito ao Emprego sobre “Trabalho a partir de casa”, e que afere o impacto da pandemia COVID-19 na dinâmica do mercado de trabalho, cerca de 11,6% do total da população empregada indicou ter exercido a sua profissão em regime de teletrabalho no trimestre transato (-13,4% no terceiro trimestre).

O Emprego e Taxa da Desemprego Trimestral, em janeiro, o número de pedidos de emprego registados pelos centros de emprego aumentou para 596 290 (582 926, em dezembro), dos quais 71,2% correspondem a pedidos por um novo emprego. Nos últimos três meses, o número de desempregados inscritos aumentou, em média, 1,4% em janeiro (4,9% e 4,8%, nos trimestres terminados em dezembro e novembro, respetivamente). O aumento dos desempregados inscritos é mais expressivo no setor dos serviços (com uma subida homóloga de 37,6%), nomeadamente nas atividades de alojamento, restauração e similares (mais 59,9%), nas atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio (mais 47,4%), e nos transportes e armazenagem (mais 46,5%).

As ofertas de emprego por satisfazer, no final de janeiro, foram de 10 735, traduzindo uma variação homóloga de -15,3% e mensal de -1,2%. Por seu lado, a cobertura das colocações em janeiro aumentou 15,4 p.p. em relação ao mês anterior, passando para 75% das ofertas de emprego.

Importa, por último, registar que, no final de janeiro de 2021, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um excedente de 760 milhões de euros. O saldo primário também registou um excedente de 864 milhões de euros (deteriorou-se 723 milhões face ao período homólogo).

A queda da receita resultou sobretudo da diminuição da Receita Fiscal e das Contribuições de Segurança Social, fruto do impacto da COVID-19 na atividade económica. Do lado da despesa, destaca-se o crescimento das Transferências Correntes e das Despesas com Pessoal.

De acordo com o Banco de Portugal (BdP), finalizado o ano de 2020, a dívida pública atingiu 270 408 milhões de euros, mais 20 423 milhões de euros que no final de 2019.

Em janeiro de 2021, a dívida direta do Estado atingiu 265 666 milhões de euros, mais 350 milhões de euros que no final do mês anterior, em parte explicada pela emissão líquida de Obrigações do Tesouro, CEDIC e CEDIM no valor de 1 250 e 513 milhões de euros, respetivamente, que foi parcialmente compensada por uma



amortização líquida de Bilhetes do Tesouro no valor de 1 414 milhões de euros. A dívida após cobertura cambial fixou-se em 268 306 milhões de euros.

Neste quadro, continua a ser essencial preservar condições de financiamento favoráveis durante o período da pandemia. O Conselho do BCE avalia as condições de financiamento analisando um conjunto holístico e multifacetado de indicadores que abrange toda a cadeia de transmissão da política monetária, desde as taxas de juro isentas de risco e as taxas de rendibilidade das obrigações soberanas até às taxas de rendibilidade das obrigações das empresas e às condições de crédito bancário. As taxas de juro do mercado aumentaram desde o início do ano, o que representa um risco para condições de financiamento mais amplas. Os bancos utilizam as taxas de juro isentas de risco e as taxas de rendibilidade das obrigações soberanas como referências fundamentais para determinar as condições de crédito. Continua a ser necessário preservar condições de financiamento favoráveis para reduzir a incerteza e reforçar a confiança, apoiando assim a atividade económica e salvaguardando a estabilidade de preços a médio prazo. Neste contexto, com base numa avaliação conjunta das condições de financiamento e das perspetivas de inflação, espera-se que as aquisições ao abrigo do programa de compra de ativos devido a emergência pandémica (pandemic emergency purchase programme – PEPP) ao longo do próximo trimestre se efetuem a um ritmo significativamente mais elevado do que durante o 1º trimestre de 2021.

A somar a estes apoios, no início de 2021, o Estado Português reforçou com dotações os apoios aos programas-medidas: “Apoiar.pt”; “Lay-off”; “Mais apoio à retoma”; “Flexibilização fiscal” e “Crédito para o turismo”.

I.2 O IEFP

I.2.1 MISSÃO E VALORES

MISSÃO

O IEFP é o serviço público de emprego nacional que tem por missão promover a criação e a qualidade do emprego, desenvolvendo políticas ativas no combate ao desemprego e exclusão social, e a promoção e desenvolvimento de ações de formação profissional adequadas às necessidades, com vista à modernização e desenvolvimento do tecido económico.

VALORES

- Adoção de uma política de qualidade, focada nos clientes, de forma a estabelecer relações que permitam conhecê-los e compreender as suas necessidades, atuais e futuras, satisfazendo os seus requisitos e esforçando-se por exceder as suas expectativas;
- Formação para uma liderança centrada na orientação da Organização, procurando definir claramente um conjunto de objetivos e valores éticos, partilhando-os com as pessoas que com eles trabalham e criando um ambiente interno que permita o pleno envolvimento desses colaboradores para se atingirem os objetivos da Organização;



- Ajustamento contínuo às necessidades do mercado e melhoria da sua eficácia, (re)definindo claramente a sua missão, visão e objetivos de política estratégica, apoiando-se numa liderança que partilha valores comuns e com uma análise permanente dos resultados-chave do desempenho planeados, ao mesmo tempo que visa melhorar a sua produtividade, competitividade e responsabilidade social;
- Assunção de valores de qualidade integrados na cultura organizacional recorrendo a uma análise dos riscos através de indicadores de desempenho, adotando-se medidas de prevenção com base em informação factual verdadeira, no sentido de preservar e aumentar a confiança de todas as partes interessadas;
- Desenvolvimento dos seus Recursos Humanos, de acordo com as competências necessárias à organização, promovendo uma cultura de qualidade e aprendizagem, onde os valores da confiança, transparência e responsabilidade são partilhados para atingir os objetivos da organização;
- Adoção de uma aprendizagem organizacional para melhorar continuamente a sua eficácia e eficiência, aprendendo, quer com as suas próprias experiências, quer com as experiências e conhecimentos das outras organizações, partilhando recursos e saberes, divulgando-os por toda a cadeia de valor;
- Promoção da responsabilidade social e da sustentabilidade ecológica, envolvendo todas as partes interessadas, através de um comportamento social mais responsável, ao nível de práticas sociais e ambientais, tanto no domínio interno como externo, por via do apoio à sociedade e comunidades locais, conseguindo, assim valorizar a sua imagem pública e melhorar os seus resultados;
- Difusão de processos de monitorização, medição, análise e melhoria, no sentido de otimizar continuamente a sua eficácia, o que inclui a medição da satisfação dos colaboradores, dos utentes/clientes, dos parceiros, empresas, etc., bem como ações corretivas e preventivas de efeitos negativos.

O IEPF está empenhado no desenvolvimento de uma gestão de qualidade e no compromisso em implementar medidas, modernizar e aperfeiçoar práticas e procedimentos, e estimular os esforços de melhoria contínua, providenciando os recursos e instrumentos necessários e garantindo o envolvimento de todas as pessoas na organização.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Uma organização socialmente responsável pondera, nas decisões que toma, a comunidade onde se encontra inserida e o meio onde se movimenta ou opera, considerando na sua atividade o respeito pelos direitos humanos, o investimento na valorização pessoal, a proteção do ambiente, o cumprimento das normas sociais e o respeito pelos valores e pelos princípios éticos da sociedade. O IEPF tem desenvolvido, ao longo dos anos, um conjunto de políticas que abrangem áreas de intervenção tão diversas como a segurança, saúde e higiene no trabalho, a ação social complementar, o acompanhamento psicossocial e as iniciativas de carácter ambiental e de solidariedade.

1.2.2 ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Promover

- A organização do mercado de emprego tendo em vista o ajustamento direto entre a oferta e a procura de emprego;



- A informação, a orientação, a qualificação e a reabilitação profissional, com vista à colocação e progressão profissional dos trabalhadores no mercado de trabalho;
- A qualificação escolar e profissional dos jovens e adultos, através, respetivamente da oferta de formação de dupla certificação e formação profissional certificada, ajustada aos percursos individuais e relevante para a modernização da economia;
- A realização, por si ou em colaboração com outras entidades, das ações de formação profissional adequadas às necessidades das pessoas e de modernização e desenvolvimento do tecido económico;
- O desenvolvimento dos ofícios e das microempresas artesanais, designadamente enquanto fonte de criação de emprego ao nível local;
- A reabilitação profissional das pessoas com deficiência, em articulação com o Instituto Nacional de Reabilitação, IP.

Incentivar

- A criação e a manutenção de postos de trabalho, através de medidas adequadas ao contexto económico e às características das entidades empregadoras;
- A inserção profissional dos diferentes públicos através de medidas específicas, em particular para aqueles com maior risco de exclusão do mercado de emprego.

Assegurar

- O desenvolvimento das políticas relativas ao mercado social de emprego, enquanto conjunto de iniciativas destinadas à integração ou à reintegração socioprofissional de pessoas desempregadas com particulares dificuldades face ao mercado de trabalho, com base em atividades dirigidas a necessidades sociais por satisfazer e a que o normal funcionamento do mercado não dá uma resposta satisfatória, em articulação com a área da segurança social.

Fomentar

- O conhecimento e a divulgação dos problemas de emprego através de uma utilização dos recursos produtivos integrada no crescimento e desenvolvimento socioeconómico.

Participar

- Na coordenação das atividades de cooperação técnica desenvolvidas com organizações nacionais e internacionais e países estrangeiros nos domínios do emprego, formação e reabilitação profissionais.

Colaborar

- Na conceção, elaboração, definição e avaliação da política de emprego, de que é órgão executor.

Realizar

- Ações de acompanhamento, de verificação e de auditoria aos apoios, financeiros ou técnicos, concedidos no âmbito das medidas de emprego e de formação profissional de que seja executor.



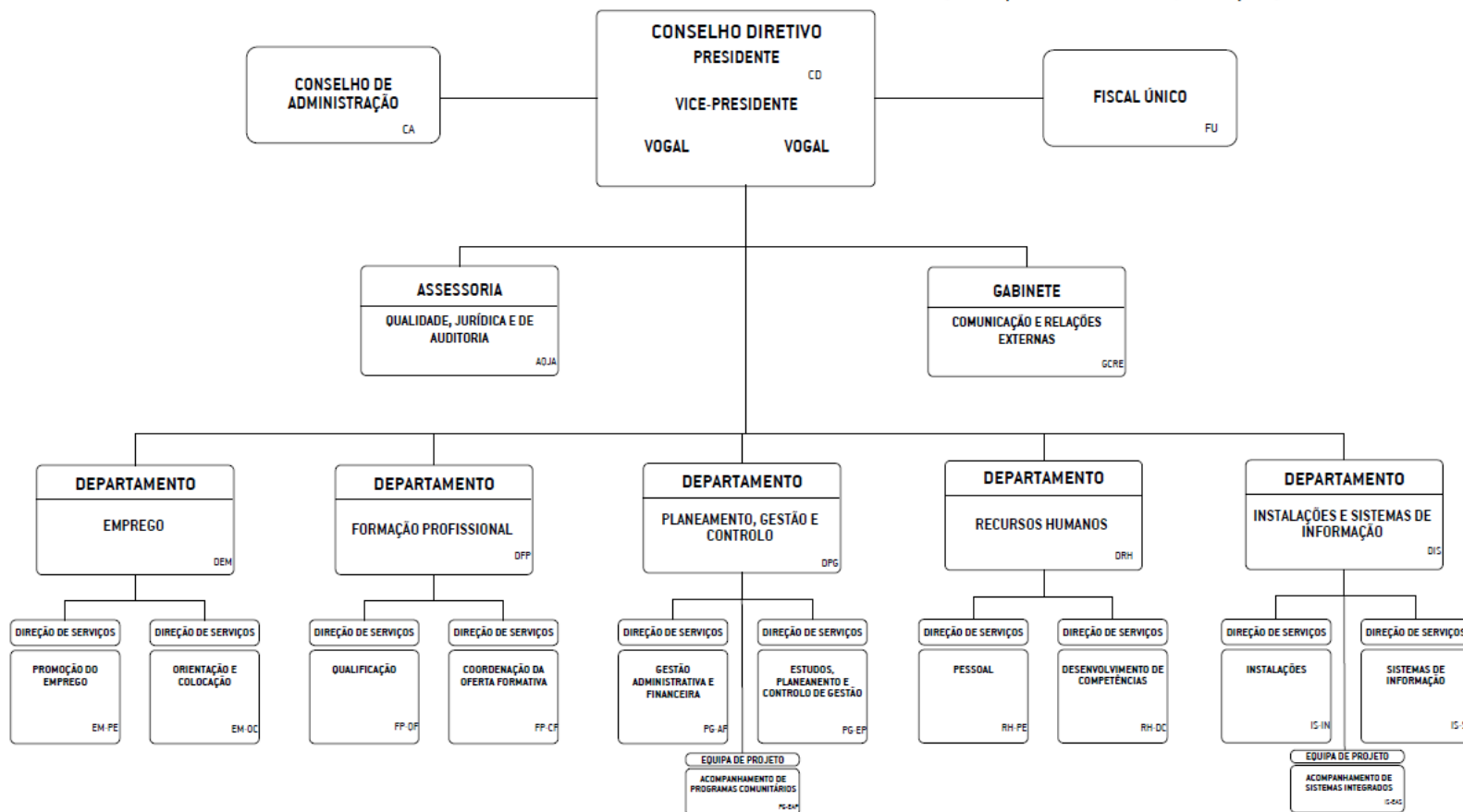
1.2.3 ORGANOGRAMA



ORGANOGRAMA DOS SERVIÇOS CENTRAIS

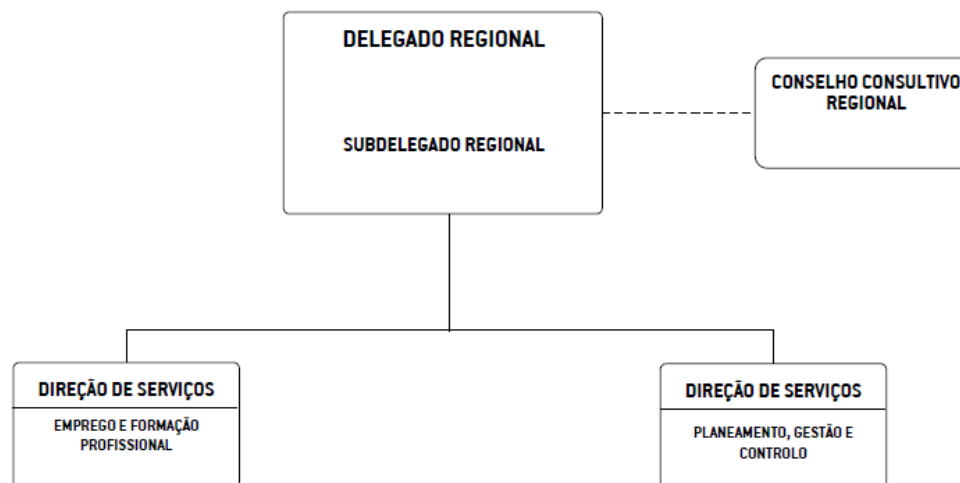
Portaria n.º 319/2012, de 12 de outubro

(alterada pela Portaria n.º 191/2015, de 29 de junho)



ORGANOGRAMA DAS DELEGAÇÕES REGIONAIS

Portaria n.º 319/2012, de 12 de outubro
(alterada pela Portaria n.º 191/2015, de 29 de junho)



II.1. LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

No decurso de 2021, o IEFP alinha-se com a atualidade e procede aos ajustamentos necessários para dar resposta aos desafios emergentes causados pela crise sanitária mundial, cuja orientação para os resultados se volta para o setor económico e social procurando no curto/médio prazo apoiar e estimular o crescimento nestes setores.

A estratégia adotada visa combater a pobreza e desigualdades, numa perspetiva de colmatar a redução da atividade económica e os seus potenciais impactos sobre o desemprego, em particular em setores mais atingidos pelo contexto, nomeadamente os sectores de mão-de-obra intensivos aos quais, comumente, estão associadas condições de emprego mais precárias.

Neste contexto, o **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)** assume-se como um dos instrumentos de uma estratégia global que cobre um horizonte temporal alargado – a **Estratégia 2030**, que define para a corrente década, uma visão do país em termos económicos e sociais.

Paralelamente ao PRR, o IEFP dá sequência a num conjunto de medidas de resposta à crise, que se encontram plasmadas no **Programa de Estabilização Económica e Social (PEES)** e prevê apoios em diversas dimensões e áreas de apoio ao emprego, formação profissional, à atividade económica e às pessoas.

Neste âmbito está previsto o **Programa ATIVAR.PT** – Programa reforçado de Apoios ao Emprego e à Formação Profissional e que se divide entre Programa ATIVAR.PT Emprego e Programa ATIVAR.PT Formação Profissional, integrando as seguintes medidas:

- **Estágios ATIVAR.PT** – Medida que consiste na realização de estágios com a duração de 9 meses, não prorrogáveis, com o objetivo de promover a inserção de jovens no mercado de trabalho ou a reconversão profissional de desempregados.
- **Incentivo ATIVAR.PT** – Medida que reveste o carácter de um apoio às empresas que celebrem contratos de trabalho sem termo ou a termo certo, por um período igual ou superior a 12 meses, com desempregados inscritos no IEFP. Nesta medida as empresas empregadoras têm a obrigação de proporcionarem formação profissional aos trabalhadores contratados.
- **Incentivo ATIVAR.PT – Conversão de contratos:** Embora esteja diretamente ligada ao Incentivo ATIVAR.PT, esta medida concede um apoio aos empregadores que converterem um contrato de trabalho a termo certo em contrato de trabalho sem termo. Este prémio aplica-se apenas aos contratos celebrados com trabalhadores abrangidos por esta medida ou pelo Contrato-Emprego e Estímulo Emprego, medidas de apoio à contratação que antecederam, em termos de vigência, o Incentivo ATIVAR.PT.



- **Prémio ao emprego – ATIVAR.PT**– É concedido um prémio à entidade promotora que celebre um contrato de trabalho sem termo com ex-estagiários da medida estágios ATIVAR.PT, mas também das medidas Estágios de Inserção, Estágios Profissionais, Estágio Emprego e Reativar.

O Programa inclui ainda programas de política ativa para sectores e públicos específicos, cuja execução será da responsabilidade do IEFP:

-**Impulso PME jovem para promover a qualificação e a renovação de quadros das PME**, em particular nos setores estratégicos da economia portuguesa, estimulando a contratação de jovens qualificados (nível 5 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) ou superior), cujos públicos elegíveis para contratação apoiada incidem em jovens desempregados com idade até aos 35 anos e com qualificação igual ou superior ao nível 5 do QNQ. Configurando-se num apoio direto à contratação, pago de forma faseada ao longo de 12 meses e de montante variável em função do nível de qualificação do jovem a contratar, e com majoração para a contratação de jovens do sexo sub-representado em setores altamente assimétricos do ponto de vista de género.

- **Empreende2020**, composto por um concurso nacional de projetos de criação do próprio emprego e de projetos empresariais para jovens e desempregados na lógica de (re)entrada do mercado de trabalho jovens e desempregados, com acompanhamento durante o primeiro ano (espaço; aconselhamento; apoio técnico), potenciando a experiência e capacidade instalada no IEFP, I. P., STARTUP Portugal, Rede Nacional de Incubadoras, entre outros operadores. Prevê-se a introdução de uma quota para projetos empreendedores apresentados por mulheres e majoração do montante do apoio financeiro quando esses projetos se enquadrem em setores altamente assimétricos do ponto de vista do género, cujos destinatários são jovens à procura do primeiro emprego; jovens NEET; outros desempregados.

- **Rede de Mercado Social de Emprego no território nacional**, mobilizando atores locais para responder a necessidades e públicos não cobertos pelo mercado, no âmbito das seguintes medidas:

- **MAREESS – Medida de apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde**: prorrogação da medida até ao final de 2021 e introdução de “prémio emprego” para as entidades que contratem por tempo indeterminado participantes integrados nos projetos.

- **Parcerias Locais para o Emprego e Formação**: envolvimento de autarquias, economia social e outros atores locais para promoção da sinalização e encaminhamento de públicos muito desfavorecidos para respostas de emprego e/ou formação.

- **CEI/CEI+**: reforço componente de formação e inserção e promoção de um maior equilíbrio entre a melhoria da empregabilidade dos beneficiários e as necessidades das entidades utilizadoras.

- **Apoio extraordinário à Inserção das pessoas com deficiência**, de modo a criar condições para, num quadro de emergência, melhorar as condições de inserção das pessoas com deficiência, desde logo com prorrogação

excecional dos Estágios e projetos CEI/CEI+, em execução até 30 de junho de 2021, mas também com reforço dos apoios ao emprego das pessoas com deficiência.

- **Hubs sociais de emprego**, rede de incubadoras de procura de emprego, com base numa metodologia colaborativa em que, com o apoio de um mentor, se gera uma dinâmica de aquisição de competências e rotinas de trabalho conjunto na procura de emprego, destinado a desempregados (medida de banda larga).

No âmbito da **Formação Profissional**, o Programa **ATIVAR.PT**, tem como princípio garantir que o aumento do desemprego tem resposta adequada e rápida de política pública de banda larga, nomeadamente com base em programas de formação e requalificação, em articulação com programas para setores e públicos específicos, revendo e reforçando as respostas de programas de formação e requalificação para desempregados. Os programas de formação específicos incidem em áreas emergentes, tais como economia digital, energia e alterações climáticas e setor social.

- **Garantia Digital**: assegurar que até 2023 todos os desempregados têm oferta de formação na área digital.

- **Aposta na formação profissional pós-secundária (nível 5)**, com revisão e relançamento dos Cursos de Especialização Tecnológica e expansão dos Cursos de Aprendizagem para o nível pós-secundário (lançamento do programa Dual +).

O reforço das políticas de formação inclui medidas para aumento de competências de públicos específicos:

- **Jovem + Digital**, Programa para a Formação para jovens licenciados ou com 12.º ano para aquisição de competências nas áreas digitais, como comércio eletrónico, bases de programação, aplicações móveis, webdesign, destinado a jovens desempregados ou recém-formados à procura do primeiro emprego, licenciados ou com 12.º ano.

- **Programa Pro Digital**, para equipar e capacitar os centros de formação profissional da rede IEFP (centros de gestão direta e centros de gestão participada com parceiros sociais) para desenvolver formação à distância

APOIOS AO EMPREGO NA RETOMA:

O Governo aprovou o decreto-lei que prorroga as atuais condições do apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial. Esta prorrogação permite às empresas com quebras de faturação iguais ou superiores a 75% reduzirem o período normal de trabalho até 100% durante os meses de julho e agosto. De acordo com o Conselho de Ministros, esta redução do período normal de trabalho está disponível para, no máximo, 75% dos trabalhadores ao serviço do empregador, enquanto nas empresas dos setores de bares, discotecas, parques recreativos e fornecimento ou montagem de eventos, a redução de 100% do período normal de trabalho pode abranger todos os trabalhadores.

- **Apoio à retoma progressiva**, esta medida tem como principais pressupostos a progressiva convergência da retribuição do trabalhador para os 100 % do seu salário, o pagamento pela empresa da totalidade das horas



trabalhadas, a progressiva redução da isenção das contribuições para a Segurança Social e a compensação da perda de receita da segurança social pelo Orçamento do Estado.

- **Novo Incentivo à Normalização da Atividade Empresarial e Apoio Simplificado para Microempresas à Manutenção dos Postos de Trabalho**, destinados a empresas/postos de trabalho que tenham sido abrangidos, no primeiro trimestre de 2021, pelo apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho ou pelo apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade e/ou microempresas em situação de crise empresarial que tenham beneficiado, apenas em 2020, do apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho ou do apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade, tendo em vista a manutenção dos postos de trabalho e a atenuação de situações de crise empresarial.

FINANCIAMENTO:

Perante os graves impactos da pandemia nas economias europeias, foi criado um instrumento comunitário estratégico de mitigação do impacto económico e social da crise, capaz de promover a convergência económica e a resiliência das economias da União Europeia, contribuindo para assegurar o crescimento sustentável de longo prazo e para responder aos desafios da dupla transição para uma sociedade mais ecológica e digital. Foi neste contexto que o Conselho Europeu criou o **Next Generation EU**, um instrumento temporário de recuperação, a partir do qual se desenvolve o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, onde se enquadra este **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)**.

O **Next Generation EU** apresenta-se como um mecanismo extraordinário que será utilizado pela primeira vez na história da União baseado na prosperidade partilhada. A combinação dos fundos europeus do Quadro Financeiro Plurianual e do **Next Generation EU** permitirá a Portugal aceder a um volume de cerca de 50 mil milhões de euros (M€) no período de 2021 a 2029, considerando apenas as subvenções. Esta oportunidade única permitirá ao país recuperar da severa crise conjuntural com uma resposta estrutural, assegurando um crescimento robusto e sustentável.

O **PRR** português é um programa de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, e vai implementar um conjunto de reformas e de investimentos que permitirá ao país retomar o crescimento económico sustentado, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década.

Desta forma, o PRR, desenhado de acordo com os requisitos estabelecidos para este instrumento comunitário, está alinhado e responde às quatro agendas estratégicas da **Estratégia 2030**, constituindo-se uma das suas fontes de financiamento mais relevantes, a par de outras, destacando-se: o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; os outros fundos do **Next Generation EU**, como o **REACT EU**, o reforço do Fundo para a Transição Justa e o reforço do FEADER.

INVESTIMENTO E INTERVENÇÃO:

De acordo com o PRR, o IEFP será alvo de investimento e intervenção ao nível das qualificações e competências, com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta do sistema formativo, para combater as desigualdades sociais e de género e aumentar a resiliência do emprego (em situações de crise económica como a provocada pela pandemia), sobretudo dos jovens e dos adultos com baixas qualificações, bem como uma participação equilibrada entre mulheres e homens no mercado de trabalho.

Para atingir estes objetivos pretende-se prosseguir um conjunto de iniciativas de reforma estrutural, designadamente através da reforma da formação profissional. Com esta reforma pretende-se reforçar a capacidade de resposta do sistema formativo português, ao nível da formação de jovens e adultos. No plano macro, de modo a robustecer a coordenação político-estratégica em todos os níveis de qualificação do sistema de educação e formação profissional, nomeadamente nas áreas transversais e nas dimensões de estreita articulação dos subsistemas, bem como, consequentemente, promover a eficácia e eficiência na implementação das políticas, será criada uma Comissão Interministerial de Coordenação do Sistema Nacional de Qualificações. Ao mesmo tempo, propõe-se evoluir os padrões de qualidade da oferta de qualificação com vista a aumentar a atratividade do sistema, a robustecer a qualidade das aprendizagens e das competências adquiridas e a aumentar o nível de qualificação dos jovens e adultos, sobretudo ao nível das qualificações intermédias, bem como a alavancar o potencial produtivo da economia portuguesa e a contribuir para a redução das desigualdades socioeconómicas e geográficas.

Assim serão implementados os seguintes investimentos:

- Modernização da formação profissional (230 M€)

Para a concretização dos objetivos estratégicos anteriormente referidos, é considerado imprescindível um investimento que concretize a reforma do ensino e da formação profissional, visando:

Dotar os centros de formação profissional da rede do IEFP de equipamentos essenciais à prática educativa e formativa, nomeadamente os de grande intensidade tecnológica, incluindo os de suporte à formação à distância, no contexto dos centros de formação profissional;

Ajustar e requalificar os espaços físicos dos centros de formação profissional da rede do IEFP às exigências dos diferentes cursos;

Criar, instalar e requalificar centros e polos da rede de formação setorial da rede do IEFP, de base protocolar, em setores estratégicos e emergentes e de gestão direta, para reforçar a cobertura e diminuir desequilíbrios e lacunas territoriais.

- Agenda de promoção do trabalho digno (230 M€)

No âmbito da promoção do trabalho digno será necessário promover o incentivo à criação de emprego permanente de carácter excecional e que deverá vigorar durante um período limitado de tempo - i.e. 12



meses, com possibilidade de prorrogação da medida em função da evolução do contexto e cumprimento das metas, no período 2021-2022.

Esta medida assenta numa combinação reforçada de apoios, incluindo um **apoio financeiro direto à contratação** no valor de pelo menos 12 vezes o valor do IAS (5.265,72 €). O apoio será majorado em 25% no caso de contratação de jovens até 35 anos e quando a remuneração base for igual ou superior a duas vezes o salário mínimo nacional, sendo as majorações acumuláveis. Adicionalmente, o apoio terá uma majoração, também acumulável, quando esteja em causa a contratação do sexo sub-representado na profissão. Será, ainda, concedido um apoio no valor de 50% da contribuição para a Segurança Social a cargo da entidade empregadora durante o período de um ano (14 meses).

Este financiamento irá permitir **apoiar a criação de 30 mil contratos de trabalho sem termo**.

II.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- I. **Promover o emprego e a qualidade do emprego**, aproximando os serviços dos desempregados e dos empregadores, de forma a facilitar o ajustamento entre a oferta e a procura, bem como a integração sustentada dos desempregados no mercado de trabalho.

Neste quadro, o IEFP deverá concretizar uma maior participação e intervenção no mercado de trabalho, com acrescida importância para a função de ajustamento entre a procura e a oferta de emprego, e com o reforço das ofertas registadas e à disposição dos candidatos inscritos para emprego.

No desenvolvimento deste processo o IEFP terá de concretizar um maior nível de satisfação das ofertas de emprego, o que constituirá um maior nível de respostas para os candidatos.

Também a promoção do emprego de qualidade passa pela adequada implementação das medidas de apoio à contratação previstas no Programa ATIVAR.PT e no PRR, como o Incentivo ATIVAR.PT ou o Compromisso de Emprego Sustentável.

- II. **Focalizar as políticas ativas de emprego no combate ao desemprego jovem**, realçando-se neste âmbito a priorização da integração destes públicos nas medidas de emprego e formação profissional, com especial destaque para as medidas previstas no ATIVAR.PT, Estágios ATIVAR+, Jovem + Digital e formação profissional em áreas emergentes.
- III. **Apoiar o reforço das competências e da empregabilidade dos portugueses**. O desenvolvimento da formação profissional é condição incontornável para o aumento da empregabilidade dos portugueses, pelo que a aposta nas qualificações e nas competências enquanto motores de desenvolvimento e de coesão económica, social e territorial, assumem total centralidade na atividade do IEFP. Tomando por referência o Programa ATIVAR.PT e o PRR, o IEFP, através da sua rede de gestão direta e de gestão participada irá rever e reforçar as suas respostas de formação e requalificação da população ativa, considerando áreas emergentes como a economia digital, a energia e as alterações climáticas, o setor social e os cuidados de saúde e outros relacionados com o envelhecimento demográfico.
- IV. **Promover a educação de adultos e a formação ao longo da vida**. Com a rede de Centros Qualifica (CQ) estabilizada, estes centros serão responsáveis pelo encaminhamento e orientação ao longo da vida, quer através da identificação de oferta formativa adequada ao perfil dos desempregados, quer através dos processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) adquiridas, com vista a assegurar a superação do défice de qualificações escolares da população ativa portuguesa e a melhorar a qualidade dos processos de educação-formação de adultos.
- V. **Promover a inclusão e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência e incapacidade (PCDI)**, nomeadamente através da integração de pessoas com deficiência e incapacidade (PCDI) em medidas de reabilitação profissional que visam a sua qualificação e integração, apoiada ou não, no mercado de trabalho, bem como através a integração de PCDI em medidas gerais de emprego e formação profissional.



- VI. **Promover a modernização e reforço da intervenção do Serviço Público de Emprego**, tornando-o mais simples e acessível, mais eficiente e eficaz, e mais transparente. A concretização deste objetivo implicará a continuação e desenvolvimento da reformulação de processos e procedimentos e o alargamento dos serviços nomeadamente com o recurso aos serviços de atendimento interativos.

Estes objetivos estratégicos serão parte integrante do **Quadro de Avaliação e Responsabilização - QUAR** do IEPF, concretizados através de um diversificado conjunto de objetivos operacionais, desagregados em eficácia, eficiência e qualidade enquadrados na avaliação de desempenho dos respetivos serviços. Os referidos objetivos encontram-se suportados em indicadores de desempenho, de forma a aferir os resultados alcançados no quadro dos meios disponíveis e a permitir a avaliação das atividades desenvolvidas.

III. ATIVIDADE PREVISTA E RECURSOS

III.1. ATIVIDADE PLANEADA PARA 2021

Em 2021, o IEFP pretende promover a criação de emprego através da implementação das medidas previstas no **PEES**, de que se destaca o Programa **ATIVAR.PT**, com o objetivo de proporcionar uma resposta rápida e abrangente, através da formação profissional, estágios profissionais e apoios reforçados à contratação e ao empreendedorismo.

Desta forma, com vista à prossecução dos objetivos acima expostos, no ano 2021, o orçamento do IEFP, prevê o valor global de 1 334M€, dos quais 997M€ (74,7%) destinam-se à execução das medidas ativas de emprego, formação e reabilitação profissional (atividade operacional), e os restantes 336,9M€ (25,3%) são canalizados para as áreas de suporte.

Síntese da Atividade Planeada – 2021

IEFP, IP + CGP	Un: (milhares Euros)	
	DOTAÇÃO 2021	PESO RELATIVO (%)
ATIVIDADE OPERACIONAL	1 007 652	74,9%
Emprego	682 530	50,8%
Formação Profissional	280 143	20,8%
Reabilitação Profissional	44 979	3,3%
ATIVIDADE NÃO OPERACIONAL	336 954	25,1%
Modernização do SPE	5 570	0,4%
Relações Públicas e Internacionais	3 456	0,3%
Cooperação Institucional	7 747	0,6%
Funcionamento	53 770	4,0%
Recursos Humanos	184 261	13,7%
Infraestruturas e Informatização	53 749	4,0%
Outros	28 401	2,1%
TOTAL	1 344 606	100%

Em 2021, o IEFP prevê dar resposta, nas suas diferentes vertentes de intervenção, a **713,6 mil pessoas**, das quais 470,9 mil com medidas de formação profissional (66%), 211,6 mil com medidas de emprego (29,6%) e 31,2 mil com medidas de reabilitação profissional (4,4%).



Atividade Operacional – 2021

IEFP, IP + CGP				Un: milhares €	
ÁREAS DE INTERVENÇÃO				PESO RELATIVO (%)	
	DOTAÇÃO 2021	METAS FÍSICAS 2021	UNIDADE DE MEDIDA	DOTAÇÃO 2021	METAS FÍSICAS 2021
EMPREGO	682 530	211 565	0	67,7%	29,6%
Programas de Emprego	682 530	136 565	0	67,7%	19,1%
Colocação	-	75 000	-	-	10,5%
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	280 143	470 874	63 038 242	27,8%	66,0%
IEFP, IP	183 780	336 375	48 104 853	18,2%	47,1%
Centros de Gestão Participada	88 386	128 366	14 933 389	8,8%	18,0%
Ações em Cooperação com Outras Entidades	7 977	6 133	0	0,8%	0,9%
REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	44 979	31 189	1 348 747	4,5%	4,4%
IEFP, IP	37 513	19 550	1 348 747	3,7%	2,7%
Centros de Gestão Participada - Reabilitação	7 466	4 189	0	0,7%	0,6%
Organismo Intermédio - Reabilitação	0	7 450	0	0,0%	1,0%
TOTAL	1 007 652	713 628	64 386 989	100%	100%

A maior parte do orçamento (95,5%), destina-se às políticas ativas que promovem a (re)inserção de desempregados no mercado de trabalho, a qualificação adequada às necessidades do tecido empresarial e, desde 2020, em consequência do contexto de pandemia COVID-19, a manutenção do emprego. Desta forma, importa realçar que 67,4% dos recursos financeiros destinam-se a apoiar a manutenção e/ou criação de emprego (671,9M€) e 28,1% visam a execução de medidas de formação profissional (280,1M€). Por fim, para os apoios à reabilitação profissional de pessoas com deficiência estão reservados 45M€ (4,5 %) dos recursos financeiros.

ATIVIDADE OPERACIONAL

PROGRAMAS DE EMPREGO

No que concerne ao perfil Emprego, as medidas em vigor continuam a assentar na perspetiva de reestruturar a grande quebra económica causada pela pandemia coronavírus SARS-COV-2 (COVID 19), promovendo políticas de apoio para a prevenção do desemprego e a promoção do emprego, sendo que o peso orçamental destas medidas ascende a um valor de 672M€.

Assim, a medida com maior representatividade financeira é o **Incentivo Extraordinário à Normalização da Atividade Empresarial**, com uma dotação no valor de 361M€ (52,9%) destinados ao apoio e normalização da atividade empresarial, pese embora a vigência desta medida tenha terminado em 31-12-2020, mas com pagamento de apoios a ocorrerem ainda em 2021 com um peso que se prevê ainda bastante expressivo.

Na inserção Profissional são os **Estágios** que têm maior relevância no peso orçamental no ano de 2021, com destaque para os **Estágios Profissionais** e os **Estágios ATIVAR.PT**, que representam 87,7M€ (12,9%) e 52M€ (7,6%) dos recursos financeiros, e visam abranger mais de 35 mil utentes.

Atividade Operacional – Emprego 2021

EMPREGO	PESO RELATIVO (%)			
	DOTAÇÃO 2021 (milhares €)	METAS FÍSICAS 2021	DOTAÇÃO 2021	METAS 2021
TOTAL	682 530	136 565	100,0%	100,0%
Inserção Profissional	141 396	35 473	20,7%	26,0%
Estágios Emprego ⁽¹⁾	54	0	0,0%	0,0%
Estágios Profissionais	87 736	7 348	12,9%	5,4%
Estágios ATIVAR.PT	52 000	28 000	7,6%	20,5%
Estágios Profissionais na Administração Pública	1 203	0	0,2%	0,0%
Emprego Jovem Ativo	404	125	0,1%	0,1%
Apoios à Contratação (Ajustamentos e Colocação)	93 012	15 600	13,6%	11,4%
Contrato Emprego ⁽¹⁾	25 790	0	3,8%	0,0%
Prémio ao Emprego ⁽¹⁾	4 980	0	0,7%	0,0%
Converte+ ⁽¹⁾	38 100	0	5,6%	0,0%
Incentivo ATIVAR.PT	13 293	10 000	1,9%	7,3%
Incentivo ATIVAR.PT - Apoio à Conversão de Contratos	0	100	0,0%	0,1%
Impulso PME Jovem	4 561	2 000	0,7%	1,5%
Prémio ao Emprego ATIVAR.PT	6 172	3 500	0,9%	2,6%
Estímulo Emprego ⁽¹⁾	112	0	0,0%	0,0%
Apoio à Contratação via Reembolso TSU ⁽¹⁾	1	0	0,0%	0,0%
Outros Apoios à Contratação ⁽²⁾	3	0	0,0%	0,0%
Apoio à Criação de Emprego e Empresas	12 768	3 030	1,9%	2,2%
Apoios à Criação do Próprio Emprego - PAECPE	0	1 700	0,0%	1,2%
Investe Jovem	1 315	10	0,2%	0,0%
Investe Artes e Ofícios	8	0	0,0%	0,0%
Linha de Apoio à Criação de Empresas e Emprego (PAECPE)	11 350	320	1,7%	0,2%
Social Investe	95	0	0,0%	0,0%
Empreende 2020	0	1 000	0,0%	0,7%
Inserção Social - Trabalho Socialmente Necessário	53 422	70 000	7,8%	51,3%
Trabalho Socialmente Necessário	42 776	47 500	6,3%	34,8%
CEI e CEI +	32 139	35 000	4,7%	25,6%
Apoio ao Reforço de Emergência de Eq. Sociais e de Saúde	10 636	12 500	1,6%	9,2%
Empresas de Inserção ⁽¹⁾	10	0	0,0%	0,0%
Mercado Social de Emprego (parcerias territoriais)	0	10 000	0,0%	7,3%
Outros Apoios para a promoção do Emprego	370 046	3 030	54,2%	2,2%
Apoio à Mobilidade Geográfica no Mercado de Trabalho	5 247	100	0,8%	0,1%
Apoio ao Regresso de Emigrantes a Portugal	3 469	1 350	0,5%	1,0%
Emprego Interior Mais	0	1 400	0,0%	1,0%
Incentivo Extraordinário à Normalização da Atividade Empresarial	360 976	0	52,9%	0,0%
FUNDO EUROPEU DE AJUSTAMENTO À GLOBALIZAÇÃO (FEG)	72	0	0,0%	0,0%
Rede Eures	280	180	0,0%	0,1%
Outras Medidas ⁽³⁾	11 886	9 432	1,7%	6,9%
Garantia Jovem	145	0	0,0%	0,0%
Apoio Técnico à Criação e Consolidação de Projetos (ATCP)	2 868	0	0,4%	0,0%
Promoção do Artesanato - Artesãos	670	950	0,1%	0,7%
Promoção do Artesanato - Feiras	304	45	0,0%	0,0%
Gabinetes de Inserção Profissional - GIP	5 045	437	0,7%	0,3%
Incubadoras Sociais	2 854	8 000	0,4%	5,9%

(1) Dotação para fazer face a encargos transitados.

(2) Inclui encargos financeiros com transitados da medida Passaporte Emprego - Prémio de Integração

(3) A meta física das Outras Medidas reportam-se ao número de projetos, estruturas ou feiras, não sendo possível somar ao total de metas/pessoas, bem se encontra integrada na medida



Os **Apoios à Contratação**, por via do ajustamento entre a procura e a oferta de emprego, representam 13,8% da dotação, com o intuito de englobar 15,6 mil utentes (13,6%).

Relativamente à **Inserção Social – Trabalho Socialmente Necessário**, foi prevista a disponibilização financeira no valor de 53,4M€ (7,8%), onde se destacam o Trabalho Socialmente Necessário, que visa abranger 47,5 mil utentes.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A importância estratégica do capital humano no reforço da empregabilidade dos trabalhadores e da competitividade das organizações faz com que a formação profissional, em 2021, seja a atividade operacional que irá ter o maior número de pessoas abrangidas.

Nesta ótica, os pilares de atuação base traduzem-se:

- na aposta da inovação e qualificação das pessoas ao nível das competências digitais através da **Garantia Digital** - todos os desempregados terão acesso a uma oferta de formação na área digital adequada ao seu nível de competências;
- na Aprendizagem ao longo da vida e educação e formação de adultos através do **Programa Qualifica**, **Programa de Inclusão Digital de Adultos** e do **Incentivo Adultos**, que visa sobretudo os segmentos da população adulta com percursos escolares mais curtos e menos capacitados para responder aos desafios da transição digital, e que poderão estar mais sujeitos ao risco de desemprego tecnológico;
- no âmbito da formação para jovens, o reforço das vias duais nomeadamente os **Cursos de Aprendizagem**, e os cursos de nível pós-secundário (nível 5);
- o **Programa Jovem + Digital**, enquadrado no **ATIVAR.PT** pretende reforçar as competências dos jovens, em particular desempregados e NEET, em áreas-chave do digital, a partir de percursos de curta e média, e as medidas de formação intensiva e especializada na área digital — **Programa UPskill**.

Em termos globais, o IEFP estima abranger cerca de **470,9 mil pessoas** em medidas de formação profissional, quer através da sua rede de centros de gestão direta (336,4 mil), quer por via da ação dos centros de gestão participada (128,4 mil), quer por via dos Acordos de Cooperação (6,1 mil).

Atividade Operacional – Formação Profissional – 2021

FORMAÇÃO PROFISSIONAL				PESO RELATIVO (%)	
	DOTAÇÃO 2021 (milhares €)	METAS FÍSICAS 2021	UNIDADE DE MEDIDA	DOTAÇÃO 2021	METAS 2021
TOTAL	280 143	470 874	63 038 242	100,0%	100,0%
Formação Inicial	119 555	68 500	34 923 202	42,7%	14,5%
Cursos de Aprendizagem - Gestão Direta	10 709	8 000	4 135 910	3,8%	1,7%
Cursos de Aprendizagem - Entidades Externas	42 547	15 000	10 203 090	15,2%	3,2%
Cursos de Educação e Formação para Adultos	63 083	43 000	19 346 259	22,5%	9,1%
Cursos de Educação Formação para Jovens	22	0	0	0,0%	0,0%
Cursos de Especialização Tecnológica	3 194	2 500	1 237 943	1,1%	0,5%
Formação Contínua	41 451	189 120	11 705 741	14,8%	40,2%
Formação Modular	1 561	35 000	908 418	0,6%	7,4%
Vida Ativa - Emprego Qualificado - Entidades Externas	28	0	0	0,0%	0,0%
Vida Ativa - Emprego Qualificado - Gestão Direta	20 197	103 000	6 500 292	7,2%	21,9%
Vida Ativa Jovem	4 307	4 000	867 899	1,5%	0,8%
Programa Jovem + Digital	13 505	8 000	1 421 125	4,8%	1,7%
Apoio Extraordinário à manutenção dos contratos de trabalho em situação de crise empresarial - formação	247	1 500	93 750	0,1%	0,3%
Plano extraordinário de formação	57	0	0	0,0%	0,0%
Apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade - Formação	0	1 500	75 625	0,0%	0,3%
Cidadania Digital	0	35 000	785 385	0,0%	7,4%
UPSkills	1 500	1 100	1 053 247	0,5%	0,2%
Programa FormAlgarve	50	20	0	0,0%	0,0%
Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	3 796	35 000	0	1,4%	7,4%
Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)	3 796	35 000	0	1,4%	7,4%
Formação para a Inclusão	7 390	9 255	1 315 809	2,6%	2,0%
Formação em Competências Básicas	526	500	89 374	0,2%	0,1%
Vida Ativa - Qualifica +	4 023	2 500	575 600	1,4%	0,5%
Vida Ativa - Qualifica + - Entidades Externas	2 301	255	37 260	0,8%	0,1%
Programa Português para Todos	540	6 000	613 575	0,2%	1,3%
Outras Medidas	8 288	34 500	160 101	3,0%	7,3%
Cheque Formação	1 485	30 000	0	0,5%	6,4%
Formação de Formadores	404	3 000	116 351	0,1%	0,6%
Emprego + Digital	6 399	1 500	43 750	2,3%	0,3%
Outras Rubricas de Suporte à Atividade Formativa	3 300	0	0	1,2%	0,0%
Procedimento Concursal - Formadores	1 800	0	0	0,6%	0,0%
Entidade Contratante - Contribuições para a Segurança Social	1 500	0	0	0,5%	0,0%
IEFP, IP	183 780	336 375	48 104 853	65,6%	71,4%
Centros de Gestão Participada ⁽¹⁾	88 386	128 366	14 933 389	31,6%	27,3%
Ações em Cooperação com Outras Entidades	7 977	6 133	0	2,8%	1,3%

⁽¹⁾ Os valores incluem as diversas medidas de formação profissional.

A intervenção da rede de Serviços de Formação Profissional assenta num conjunto diversificado de modalidades de formação profissional que procura dar respostas diferenciadas aos vários públicos que procuram o SPE: jovens sem escolaridade obrigatória, jovens licenciados e ativos empregados e desempregados, com o objetivo de elevar ou reforçar as qualificações e, consequentemente, melhorar as suas condições de empregabilidade.

Do ponto de vista setorial, a intervenção dos CGP é efetuada visando a promoção da formação profissional para a valorização dos recursos humanos dos respetivos setores, cujas necessidades são identificadas quer pelas associações outorgantes quer por outras associações e entidades empregadoras que atuam no mesmo setor ou em setores afins, frequentemente dirigida a necessidades específicas de competências dos ativos empregados que concorram para melhorar os respetivos desempenhos profissionais, produtividade e a competitividade das empresas.

Em 2021, verifica-se o reforço da oferta formativa do IEFP, com a Formação inicial a absorver 42,7% da dotação (119,6M€), sendo na qualificação profissional de adultos - **Cursos Educação e Formação de Adultos** - onde se verifica o maior investimento (63,1M€), estimando-se abranger 43 mil pessoas.



A qualificação de jovens através dos **Cursos de Aprendizagem**, prevê abranger 23 mil utentes (4,9%) e a envolver cerca de 53,3 milhões de euros, assumindo-se como um sistema alternativo de dupla certificação ao sistema regular de ensino.

Nas modalidades de formação contínua, destacam-se a medida **Vida Ativa – Emprego Qualificado**, que visa abranger 103 mil pessoas, disponibilizando para o efeito uma dotação no valor de 20,1M€, seguida da Formação Modular e Cidadania Digital, ambas a terem como meta o envolvimento de 35 mil pessoas.

Para dar continuidade à atividade dos Centros Qualifica prevê-se também encaminhar 35 mil adultos para processos de reconhecimento e validação e certificação de competências (RVCC) e/ou para oferta formativa.

REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

No âmbito da sua responsabilidade, enquanto Serviço Público de Emprego, em matéria de combate à discriminação e à exclusão social (com particular relevo no âmbito da Reabilitação Profissional), o IEFP inscreveu no seu Orçamento para 2021 cerca de **45M€** destinados aos apoios à reabilitação profissional de **31,2 mil** pessoas com deficiência e incapacidade (PCDI).

As medidas previstas visam apoiar ações de informação, orientação e formação para pessoas com deficiência e incapacidade, potenciando a sua capacidade de inserção no mercado de trabalho, simultaneamente sensibilizando e incentivando as entidades empregadoras, com vista a prevenir a discriminação e a desenvolver a economia social.

Atividade Operacional – Reabilitação Profissional – 2021

REABILITAÇÃO PROFISSIONAL				PESO RELATIVO (%)	
	DOTAÇÃO 2021 (milhares €)	METAS FÍSICAS 2021	UNIDADE DE MEDIDA	DOTAÇÃO 2021	METAS 2021
TOTAL	44 979	31 189	1 348 747	100,0%	100,0%
Diagnóstico, Orientação e Formação	15 830	8 000	1 348 747	35,2%	25,7%
Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e o Emprego	2 030	6 000	0	4,5%	19,2%
Formação para Pessoas com Deficiência e Incapacidade - Ações em Cooperação	13 800	2 000	1 348 747	30,7%	6,4%
Apoio à Inserção e Colocação	10 120	9 175	0	22,5%	29,4%
Contrato Emprego Inserção ⁽¹⁾	0	200	0	0,0%	0,6%
Contrato Emprego Inserção + ⁽¹⁾	0	2 000	0	0,0%	6,4%
Adaptação de Postos de Trabalho e Eliminação de Barreiras Arquitetónicas	24	5	0	0,1%	0,0%
Apoio à Colocação e Acompanhamento Pós-Colocação	2 768	5 000	0	6,2%	16,0%
Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA)	4 000	470	0	8,9%	1,5%
Estágio de Inserção para Pessoas c/ Deficiência e Incapacidade	3 328	1 500	0	7,4%	4,8%
Emprego Protegido	11 349	2 125	0	25,2%	6,8%
Emprego Protegido	1 705	225	0	3,8%	0,7%
Emprego Apoiado em Mercado Aberto	9 644	1 900	0	21,4%	6,1%
Outros Apoios	214	250	0	0,5%	0,8%
Prémio de Mérito/Marca Entidade Empregadora Inclusiva	50	0	0	0,1%	0,0%
OED Lisboa	164	250	0	0,4%	0,8%
IEFP, IP	37 513	19 550	1 348 747	83,4%	62,7%
CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA - REABILITAÇÃO	7 466	4 189	0	16,6%	13,4%
ORGANISMO INTERMÉDIO - REABILITAÇÃO	0	7 450	0	0,0%	23,9%

(1) A execução financeira destas medidas é apurada na respetiva medida principal (perfil Emprego).

Assim, o maior investimento financeiro, nesta atividade é no **Diagnóstico, Orientação e Formação**, que absorve **15,8M€** da dotação para abranger 8 000 utentes, destacando-se a qualificação profissional de pessoas com deficiência, dirigida ao público das regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve, a que estão afetos 13,8M€ (30,7%), uma vez que os respetivos PO regionais não dispõem de dotações que permitam financiar esta atividade.

Outra medida que se destaca é o **Apoio à Colocação e Acompanhamento Pós-Colocação**, onde se prevê abranger 5 mil pessoas com uma despesa no valor 2,8M€.

O **Emprego Protegido**, nomeadamente **Emprego Apoiado em Mercado Aberto**, tem especial relevância neste orçamento, visível nos recursos financeiros que totalizam o valor de **9,6M€**, ou seja, 21,4% desta atividade operacional. Pretende-se com esta medida abranger 1 900 pessoas.

OUTROS INDICADORES DA ATIVIDADE OPERACIONAL

Para além da dotação financeira e metas definidas ao nível de pessoas a abranger em medidas de Emprego, Formação e Reabilitação profissional, foram ainda estabelecidos no âmbito da atividade operacional, outros indicadores de eficácia, eficiência e qualidade, no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR, e que são ilustrados no quadro seguinte.

Os presentes indicadores encontram-se alinhados com as orientações e objetivos definidos para o IEPF até ao final do presente ano.

Atividade Operacional – Indicadores – 2021

INDICADORES	META 2021	UNIDADE DE MEDIDA
EFICÁCIA		
ABRANGER DESEMPREGADOS EM MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL		
Taxa de cobertura em medidas de política ativa	20%	%
Taxa de cobertura de jovens em medidas de política ativa	25%	%
CAPTAR OFERTAS DE EMPREGO E INSERIR PESSOAS NO MERCADO DE TRABALHO		
Nº de ofertas de emprego captadas	110 000	postos de trabalho
Nº de colocações efetuadas	75 000	peças
Taxa de satisfação de oferta de emprego	65%	%
EFICÁCIA		
REFORÇAR AS COMPETÊNCIAS E A EMPREGABILIDADE DOS FORMANDOS E ESTAGIÁRIOS		
% de formandos certificados em medidas de longa duração	50%	%
% de formandos certificados em formação modular	75%	%
% de ex-formandos certificados com formação de longa duração integrados no mercado de trabalho 6 meses após a conclusão da formação	45%	%
% de ex estagiários integrados no mercado de trabalho 6 meses após o fim do Estágio	80%	%
QUALIDADE		
REFORÇAR AS COMPETÊNCIAS E A EMPREGABILIDADE DOS FORMANDOS E ESTAGIÁRIOS		
% de utentes singulares que atribuem avaliação do atendimento global dos serviços como "positivo" ou "muito positivo"	60%	%
% de utentes coletivos que atribuem avaliação do atendimento global dos serviços como "positivo" ou "muito positivo"	80%	%



ATIVIDADE NÃO OPERACIONAL

Para executar a atividade não operacional o IEPF prevê despesar 337M€, dos quais **184,3M€** (54,7%) destinam-se a suportar despesas com os **Recursos Humanos**, valor que corresponde a **13,8%** do total do orçamento.

No âmbito da **Cooperação Institucional**, os valores inscritos, **7,7M€**, destinam-se a suportar transferências diretas para outros organismos, nos termos da legislação aplicável.

ATIVIDADE NÃO OPERACIONAL	DOTAÇÃO 2021 (milhares €)	PESO RELATIVO
Modernização do SPE	5 570	1,7%
Relações Públicas e Internacionais	3 456	1,0%
Cooperação Institucional	7 747	2,3%
Funcionamento	53 770	16,0%
Recursos Humanos	184 261	54,7%
Infraestruturas e Informatização	53 749	16,0%
Outros	28 401	8,4%
TOTAL	336 954	100%

As despesas de **Funcionamento** decorrem da aquisição de bens e serviços de suporte à atividade, às quais corresponde um valor de 53,8M€, o que representa 16% do valor global da atividade não operacional e 4% da dotação total de 2021.

FUNCIONAMENTO	DOTAÇÃO 2021 (milhares €)
Contigência COVID-19	4 625
Serviços de Coordenação Central e Regional	10 820
Unidades Orgânicas Locais	38 325
TOTAL	53 770

Quer as rubricas de modernização do SPE, como de funcionamento, têm custos acrescidos decorrentes da adaptação da prestação do serviço público de emprego em contexto de pandemia, nomeadamente, a utilização de plataformas tecnológicas para a dinamização de intervenções várias por videoconferência, a expansão do modelo de Formação à Distância, a necessidade de reorganização e aquisição de espaços formativos por forma a respeitar o distanciamento físico, a obrigatoriedade de utilização de máscaras, de disponibilização de gel e de intensificação da limpeza dos espaços e dos serviços de segurança/vigilância.

As despesas previstas com **Infraestruturas Físicas** correspondem a investimentos a realizar na rede de centros de emprego e formação profissional de gestão direta e na modernização do equipamento básico a eles afeto,

com vista a alcançar uma maior eficiência de utilização dos espaços físicos para a formação e uma oferta formativa de qualidade e ajustada às necessidades do mercado de trabalho.

INFRAESTRUTURAS FÍSICAS	DOTAÇÃO 2021 (milhares €)
Serviços de Coordenação Central e Regional	3 493
Centros de Emprego	1 904
Centros de Formação, Reabilitação Profissional e Pólo	36 709
IEFP, IP	42 106
Centros de Gestão Participada	2 979
TOTAL	45 086





QUADRO SÍNTESE DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2021

IEFP I.P. + CGP		Un: (milhares Euros)	
DESIGNAÇÃO DA DESPESA	DOTAÇÃO 2021	METAS FÍSICAS 2021	UNIDADE DE MEDIDA
INTERV. ESTRUT. NOS DOMÍNIOS DO EMPREGO E DA FORM. PROF.	894 221	490 567	61 550 623
PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE E DO EMPREGO	686 262	333 443	46 500 883
PROMOVER A FORM. QUALIFICANTE E A TRANSIÇÃO PARA A VIDA ATIVA	58 272	25 500	15 576 943
Cursos de Aprendizagem - Gestão Direta	10 709	8 000	4 135 910
Cursos de Aprendizagem - Entidades Externas	42 547	15 000	10 203 090
Cursos de Educação Formação para Jovens	22	0	0
Cursos de Especialização Tecnológica	3 194	2 500	1 237 943
Procedimento Concursal - Formadores	1 800	0	0
FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA E ADAPTABILIDADE	31 964	213 020	8 890 184
Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)	3 796	35 000	0
Programa Português para Todos	540	6 000	613 575
Formação Modular	1 561	35 000	908 418
Cheque Formação	1 485	30 000	0
Vida Ativa - Emprego Qualificado - Entidades Externas	28	0	0
Programa FormAlgarve	50	20	0
Vida Ativa- Emprego Qualificado - Gestão Direta	20 197	103 000	6 500 292
Vida Ativa Jovem	4 307	4 000	867 899
QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO PROF. DOS DESEMPREGADOS	204 474	78 473	19 346 259
Estágios Profissionais na Administração Pública	1 203	0	0
Estágios Emprego	49	0	0
Emprego Jovem Ativo	404	125	0
Estágios Profissionais	87 736	7 348	0
Estágios ATIVAR.PT	52 000	28 000	0
Cursos de Educação e Formação para Adultos	63 083	43 000	19 346 259
APOIOS À MOBILIDADE REGIONAL E SETORIAL	5 247	1 500	0
Apoio à Mobilidade Geográfica no Mercado de Trabalho	5 247	100	0
Emprego Interior Mais	0	1 400	0
IMPULSO JOVEM	8	0	0
Passaporte Emprego - Economia Social	5	0	0
Passaporte Emprego - Prémio de Integração	3	0	0
Iniciativas RCM	386 298	14 950	2 687 497
Apoio ao Regresso de Emigrantes a Portugal	3 469	1 350	0
Incentivo financeiro extraordinário para apoio à normalização da atividade da empresa	360 976	0	0
Emprego + Digital	6 399	1 500	43 750
Apoio Extraordinário à manutenção dos contratos de trabalho em situação de crise empresarial - formação	247	1 500	93 750
Plano extraordinário de formação	57	0	0
Apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade - Formação	0	1 500	75 625
UPS skills	1 500	1 100	1 053 247
Programa Jovem + Digital	13 505	8 000	1 421 125
Garantia Jovem	145	0	0
APOIO À CRIAÇÃO DE EMP. NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DA ECONOMIA SOCIAL	109 691	19 625	0
APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO E EMPRESAS	1 323	1 710	0
Apoios à Criação do Próprio Emprego - PAECEPE	0	1 700	0
Investe Jovem	1 315	10	0
Investe Artes e Ofícios	8	0	0
APOIO À INT. NO MERCADO DE TRABALHO	107 321	16 920	0
Linha de Apoio à Criação de Empresas e Emprego (PAECEPE)	11 350	320	0
Social Investe	95	0	0
Empreende 2020	0	1 000	0
Estímulo 2013	112	0	0
Apoio à Contratação via Reembolso TSU	1	0	0
Apoio Técnico à Criação e Consolidação de Projetos (ATCP)	2 868	0	0
Contrato-Emprego	25 790	0	0
Incentivo ATIVAR.PT	13 293	10 000	0
Incentivo ATIVAR.PT - Apoio à Conversão de Contratos	0	100	0
Impulso PME Jovem	4 561	2 000	0
Prémio ao Emprego	4 980	0	0
Prémio ao Emprego ATIVAR.PT	6 172	3 500	0
Converte +	38 100	0	0
APOIOS À PROMOÇÃO DO ARTESANATO	975	995	0
Promoção do Artesanato - Artesãos	670	950	0
Promoção do Artesanato - Feiras	304	45	0
FUNDO EUROPEU DE AJUSTAMENTO À GLOBALIZAÇÃO (FEG)	72	0	0
Planos de Integração	72	0	0
FORMAÇÃO DE AGENTES DA POLÍTICA DE EMPREGO E FORMAÇÃO	404	3 000	116 351
FORMAÇÃO DE AGENTES DA POLÍTICA DE EMPREGO E FORMAÇÃO	404	3 000	116 351
Formação de Formadores	404	3 000	116 351



IEFP I.P. + CGP		Un: (milhares Euros)		
DESIGNAÇÃO DA DESPESA		DOTAÇÃO 2021	METAS FÍSICAS 2021	UNIDADE DE MEDIDA
AÇÕES EM COOPERAÇÃO		96 363	134 499	14 933 389
CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA		88 386	128 366	14 933 389
AÇÕES EM COOPERAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES		7 977	6 133	0
Ações em Cooperação com Outras Entidades		7 977	6 133	0
Entidade Contratante - Contribuições para a Segurança Social		1 500	0	0
Entidade Contratante - Contribuições para a Segurança Social		1 500	0	0
Entidade Contratante - Contribuições para a Segurança Social		1 500	0	0
INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DOS GRUPOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS		94 615	119 494	2 836 366
PROMOVER O EMP. E A EMPREG. DOS GRUPOS PARTICULARMENTE DESFAVORECIDOS		94 615	119 494	2 836 366
APOIO À QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE		15 830	8 000	1 348 747
Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e o Emprego		2 030	6 000	0
Formação para Pessoas com Deficiência e Incapacidade - Ações em Cooperação		13 800	2 000	1 348 747
APOIOS AO EMPREGO E À CONTRATAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE		21 683	11 550	0
Contrato Emprego Inserção (1)		0	200	0
Contrato Emprego Inserção + (1)		0	2 000	0
Adaptação de Postos de Trabalho e Eliminação de Barreiras Arquitetónicas		24	5	0
Emprego Protegido		1 705	225	0
Emprego Apoiado em Mercado Aberto		9 644	1 900	0
Prémio de Mérito/Marca Entidade Empregadora Inclusiva		50	0	0
Apoio à Colocação e Acompanhamento Pós-Colocação		2 768	5 000	0
OED Lisboa		164	250	0
Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA)		4 000	470	0
Estágio de Inserção para Pessoas c/ Deficiência e Incapacidade		3 328	1 500	0
ACÇÕES DE FORM. PROF. DE GRUPOS DESFAVORECIDOS		6 850	38 255	1 487 619
Formação em Competências Básicas		526	500	89 374
Vida Ativa - Qualifica +		4 023	2 500	575 600
Vida Ativa - Qualifica + - Entidades Externas		2 301	255	37 260
Cidadania Digital		0	35 000	785 385
PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE DE GRUPOS DESFAVORECIDOS		42 786	57 500	0
Empresas de Inserção - Prémio Integração		10	0	0
Contrato Emprego Inserção		985	20 000	0
Contrato Emprego Inserção +		31 155	15 000	0
Apoio ao Reforço de Emergência de Eq. Sociais e de Saúde		10 636	12 500	0
Mercado Social de Emprego (parcerias territoriais)		0	10 000	0
CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA - REABILITAÇÃO		7 466	4 189	0
INTERV. PARA A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO MERCADO DE EMPREGO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL		18 553	83 617	0
DESENVOLVIMENTO E MODERN. DAS EST. E SERVIÇOS DE APOIO AO EMPREGO E FORMAÇÃO		8 078	8 437	0
PROM. DE EST. E SERV. DE AP. À INSERÇÃO PROFISSIONAL	✓	7 899	8 437	0
Gabinetes de Inserção Profissional - GIP		5 045	437	0
Incubadoras Sociais		2 854	8 000	0
INFORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	✓	3	0	0
Informação e Orientação Profissional		3	0	0
PROCESSOS E MÉTODOS DIDÁTICOS	✓	76	0	0
Processos e Métodos Didáticos		76	0	0
CENTRO DE RELAÇÕES LABORAIS	✓	100	0	0
Centro de Relações Laborais		100	0	0
COLOCAÇÃO	✓	280	75 180	0
PROD. DE INSTRUMENTOS TÉC. SUP. À ATIVIDADE DE COLOCAÇÃO	✓	0	75 000	0
Prod. de Instrumentos Téc. de Sup. à Atividade de Colocação		0	75 000	0
COLOCAÇÃO EXTERNA	✓	280	180	0
Rede Eures		280	180	0
MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO	✓	5 570	0	0
MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO	✓	5 570	0	0
Modernização do SPE		5 040	0	0
Metodologias de Contacto Direto com o Utente		530	0	0
OUTRAS INTERVENÇÕES	✓	4 625	0	0
CONTINGÊNCIA COVID 19	✓	4 625	0	0
Prevenção, contenção, mitigação e tratamento		3 440	0	0
Garantir normalidade		1 185	0	0
RELAÇÕES COM O EXTERIOR E ARTICULAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES	✓	14 458	0	0
AÇÕES CONJUNTAS COM OUTRAS ENTIDADES	✓	11 002	0	0
DÍALOGO SOCIAL	✓	1 600	0	0
Diálogo Social		600	0	0
Reforço da Capitação Institucional dos Parceiros Sociais		1 000	0	0
PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS COMUNITÁRIOS	✓	40	0	0
Participação em Programas Comunitários		40	0	0
OUTRAS AÇÕES CONJUNTAS COM OUTRAS ENTIDADES	✓	4 188	0	0
Concursos Diversos		1 015	0	0
Outras Ações		600	0	0
Cooperativa António Sérgio - Economia Social		2 573	0	0
COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL	✓	5 174	0	0
Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE)		770	0	0
Serviços Sociais da Administração Pública		638	0	0
ERASMUS / Agência Nacional para a Aprendizagem ao Longo da Vida		380	0	0
Outros Serviços		461	0	0
Alto Comissariado p/Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.		2 925	0	0



IEFP I.P. + CGP		Un: (milhares Euros)		
DESIGNAÇÃO DA DESPESA	DOTAÇÃO 2021	METAS FÍSICAS 2021	UNIDADE DE MEDIDA	
RELAÇÕES PÚBLICAS	1 764	0		0
INFORMAÇÃO PARA O EXTERIOR	973	0		0
Informação para o Exterior	973	0		0
RELAÇÃO DIRETA COM OS UTENTES	791	0		0
Relação Direta com os Utentes	791	0		0
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	1 693	0		0
ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	815	0		0
Organizações Internacionais	815	0		0
COOPERAÇÃO BILATERAL COM OS PALOP	838	0		0
Ações a Desenvolver pelo IEFP, I.P.	838	0		0
COOPERAÇÃO BILATERAL COM OUTROS PAÍSES E OUTRAS ATIVIDADES	41	0		0
Cooperação Bilateral com Outros Países e Outras Atividades	41	0		0
GESTÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA	287 309	0		0
INFRAESTRUTURAS FÍSICAS	45 086	0		0
CENTROS DE EMPREGO	1 904	0		0
CENTROS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE GESTÃO DIRETA	32 911	0		0
CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE GESTÃO PARTICIPADA	2 853	0		0
CENTROS DE FORMAÇÃO E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GESTÃO DIRETA	3 798	0		0
CENTROS DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GESTÃO PARTICIPADA	126	0		0
SERV. DE COORDENAÇÃO CENTRAL E REGIONAL	3 493	0		0
FUNCIONAMENTO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO INTERNAS	10 820	0		0
FUNCIONAMENTO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO INTERNAS	10 820	0		0
Funcionamento, Organização e Gestão Internas	10 820	0		0
RECURSOS HUMANOS	184 261	0		0
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	183 655	0		0
Pessoal Deslocado em Diversos Serviços	5 865	0		0
Serviços de Coordenação Central e Regional	45 180	0		0
Serviços Locais	132 609	0		0
DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS	460	0		0
Formação Interna	460	0		0
AÇÃO SOCIAL	146	0		0
Ação Social	146	0		0
INFORMATIZAÇÃO	8 663	0		0
HARDWARE	3 572	0		0
Hardware	3 572	0		0
SOFTWARE	3 646	0		0
Software	3 646	0		0
COMUNICAÇÃO	1 429	0		0
Comunicação	1 429	0		0
OUTROS	17	0		0
Outros	17	0		0
INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E DOCUMENTAÇÃO	154	0		0
INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E DOCUMENTAÇÃO	154	0		0
Informação Científica e Técnica	31	0		0
Atividade Editorial	105	0		0
Informação Interna	19	0		0
GESTÃO DE CENTROS	38 325	0		0
CENTROS DE EMPREGO	3 458	0		0
Centros de Emprego	3 458	0		0
CENTROS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	33 706	0		0
Centros de Emprego e Formação Profissional	33 706	0		0
CENTROS DE FORMAÇÃO E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	1 161	0		0
Centros de Formação e Reabilitação Profissional	1 161	0		0
OUTROS	24 814	0		0
CATIVAÇÃO	3 983	0		0
CATIVAÇÃO - FUNCIONAMENTO	3 983	0		0
Cativações - Fonte 540 - Atividade 211	4			-
Cativações - Fonte 540 - Atividade 211 - Medida 083	12			-
Cativações - Fonte 540 - Atividade 209	208			-
Cativações - Fonte 540 - Atividade 178	329			-
Cativações - Fonte 540 - Atividade 258	3 237			-
Cativações - Fonte 510 - Atividade 258	193			-
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA	20 831			-
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA	20 831			-
Constituição de Reserva	20 831			-
PROMOTORES EXTERNOS	0	7 450		0
PROMOTORES EXTERNOS	0	7 450		0
ORGANISMO INTERMÉDIO - REABILITAÇÃO	0	7 450		0
FSE	0	7 450		0
TOTAL	1 333 970	701 128		64 386 989
* Medidas de execução física específica para PCDI e cuja execução financeira é apurada nas respetivas medidas gerais do perfil Emprego				
Metas Agregadas:				
Pessoas :		603 376		
Estruturas :		437		
Feiras :		45		
Cooperativas :		0		
Prémios :		0		
PAIPS :		0		
Apoios :		950		
		1 432		



III.2. RECURSOS HUMANOS

III.2.1 NÚMERO DE EFETIVOS

A 31 de maio de 2021, o número de efetivos do IEFP, I.P., ascendia a 3 744, com a estrutura representada no quadro e gráficos seguintes.

A estabilização do efetivo ao serviço do IEFP, I.P., continua a ser uma das principais preocupações em termos da gestão dos recursos humanos do Instituto.

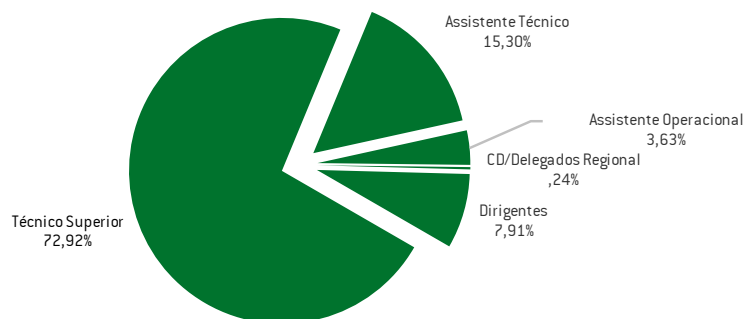
Com o objetivo de potenciar um serviço ainda de maior qualidade, ao longo de 2022 o IEFP, I.P., continuará a apostar fortemente na qualificação dos seus recursos humanos, numa perspetiva de valorização pessoal e profissional e de formação ao longo da vida.

Efetivo ao Serviço do IEFP, I.P. – 31 de maio de 2021

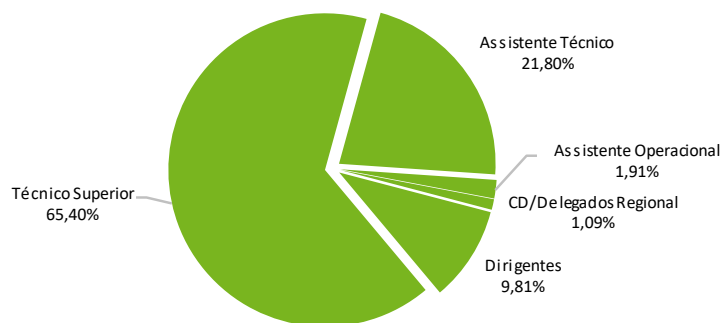
	Carreira/Cargo	IEFP, I.P.	Serviços Centrais	Serviços de Coordenação	Centros de Emprego	Centros Emprego e Formação profissional (1)
A	Técnico Superior	2 730	240	227	419	1 844
	% (Técnico Superior)	72,92%	65,40%	66,96%	71,26%	75,27%
B	Assistente Técnico	573	80	58	96	339
	Assistente Operacional	136	7	12	17	100
	SUB-TOTAL B	709	87	70	113	439
	% Restantes Carreiras	18,9%	23,7%	20,6%	19,2%	17,9%
	SUB-TOTAL A+B	3 439	327	297	532	2 283
C	CD/Delegados Regional	9	4	5		
	Dirigentes	296	36	37	56	167
	SUB-TOTAL C	305	40	42	56	167
	TOTAL A+B+C	3 744	367	339	588	2 450

1) Inclui Centro de Reabilitação Profissional.

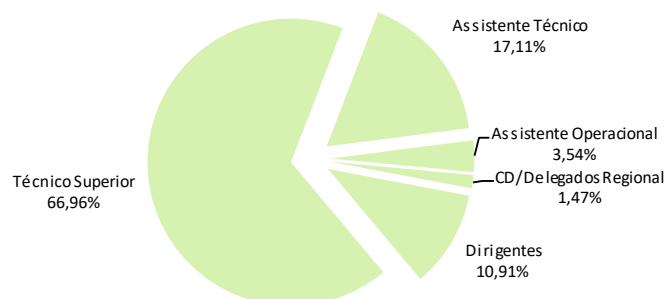
EFFECTIVO AO SERVIÇO DO IEFP, I.P.



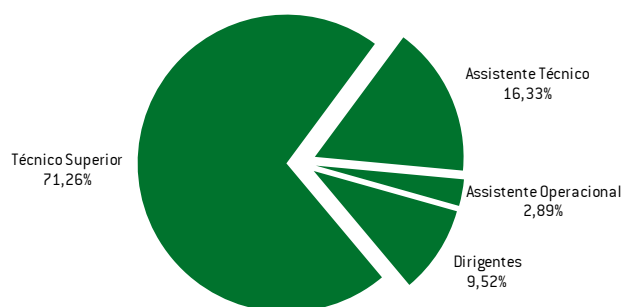
EFFECTIVO AO SERVIÇO DO IEFP, I.P. SERVIÇOS CENTRAIS



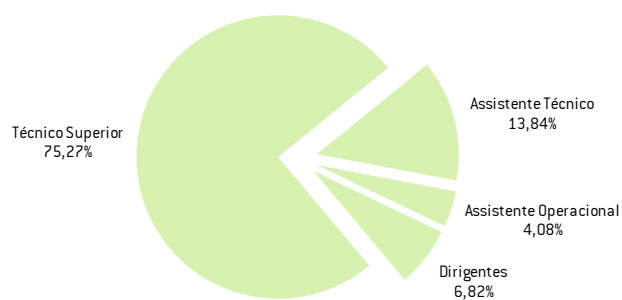
EFFECTIVO AO SERVIÇO DO IEFP, I.P. SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO



EFFECTIVO AO SERVIÇO DO IEPF, I.P. CENTROS DE EMPREGO



EFFECTIVO AO SERVIÇO DO IEPF, I.P. CENTROS DE EMPREGO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL



III.2.2 PLANO DE FORMAÇÃO INTERNA

O Plano de Formação Interna para 2021, contempla uma previsão de realização de 545 ações de formação, com um volume de horas de formação estimado de 97 867.5 horas, estimando-se a participação de 8 260 formandos;

Apesar dos constrangimentos do contexto de pandemia estão ainda planeadas as seguintes atividades:

- Gestão, organização e avaliação da formação, constante no Plano de Formação, formação realizada no exterior e autoformação;
- Identificação, caracterização e quantificação das necessidades de formação dos trabalhadores, em articulação com as Delegações Regionais e Unidades Orgânicas dos Serviços Centrais e Conselho Diretivo para elaboração do Plano de Formação de 2022;

- Projeto no âmbito da dinamização da cultura colaborativa com Formação em Liderança Colaborativa (156 horas para 49 participantes);
- Projeto de conciliação da vida pessoal, profissional e familiar com a dinamização de vários workshops com os seguintes temas:
 - “Modelos de Funcionamento preventivos e reparadores da Exaustão Profissional” (6 horas; 23 participantes); “O Porquê dos Conflitos Laborais” (3 horas; 29 participantes);
 - “Penso/Sinto logo existo - O Porquê dos conflitos laborais” (3 horas; 271 participantes);
 - “O desafio da Parentalidade” (3 horas; 21 participantes);
- Projeto de mentoria;
- Alguns projetos formativos piloto (extra- plano) tais como:
 - Coordenação Dinâmica de Equipas em contextos exigentes – Projeto Piloto (30 participantes);
- Disponibilização de novos conteúdos formativos em *e-learning*, nomeadamente:
 - Acolhimento de Novos Trabalhadores: destina-se aos/às Técnicos/as que ingressam no IEFP por via da Mobilidade Interna. É composta por oito módulos, o 1º módulo reporta-se à História e Evolução do Instituto e os restantes sete módulos às áreas técnicas do IEFP e tem como finalidade proporcionar aos/às participantes uma visão integrada da atividade do Instituto, centrada nas suas áreas de intervenção, assegurando a sua identificação com a natureza, objetivos, finalidades e cultura organizacional.
 - Regulamento Geral de Proteção de Dados: formação com uma duração de 3 horas, destina-se a Todos/as os/as Trabalhadores/as do Instituto e tem como finalidade dotar os/as formandos/as com os conhecimentos necessários para garantir uma atuação em conformidade com o exigido legalmente.
 - O Plano de Classificação do IEFP, I.P.: esta formação com uma duração de 4 horas, destina-se a Todos/as os/as Trabalhadores/as do Instituto e tem como finalidade apresentar aos/às formandos/as a forma de classificar os documentos de acordo com o novo Plano de Classificação de Documentos do IEFP, I.P., na aplicação informática Sistema de Gestão Documental (SGD).
 - Igualdade de Género no Trabalho e no Emprego: formação desenvolvida em parceria com a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), na qual são abordados os seguintes temas: Situação das Mulheres e dos Homens no Mercado de Trabalho; Enquadramento Conceptual; Intervir para a Mudança e Mecanismos Nacionais para a Igualdade de Género.
 - Diversidade e Inclusão: O IEFP, em parceria com a Fundação Aga Khan, tem vindo a proporcionar formação no âmbito da Diversidade e Inclusão a todos/as os/as seus/as Trabalhadores/as, com o intuito de promover um ambiente de trabalho e serviços mais inclusivos. Para este ano estão previstas 36 ações de formação a distância, bem como um curso online (Diversidade e Inclusão@), com uma duração de 90 min, o qual poderá ser frequentado por todos/as os/as Trabalhadores/as, através da Plataforma da Fundação Aga Khan.
- Organização e coordenação de estágios académicos e de estágios curriculares (formação prática em contexto de trabalho);
- Celebração de parcerias com instituições de ensino superior;



- Desenvolvimento e operacionalização do módulo de “Gestão da Formação” do GESVENGRH, com o objetivo de planejar, simular e gerir a formação dos trabalhadores do IEPF, I.P., garantindo a interação com outros módulos da aplicação: GESVENGRH, RH SEFLF, “Gestão de Desempenho” e “Gestão de Competências”;
- Melhorar o desenvolvimento do módulo de “Gestão de Desempenho” e de “Gestão de Competências” do GESVENGRH, com o objetivo de tornar mais eficaz e eficiente o *workflow* do processo avaliativo, no âmbito do SIADAP e assegurar a integração com o módulo de “Gestão da Formação”;
- Gestão e Avaliação do Sistema de Gestão da Qualidade no âmbito da formação interna de acordo com os referenciais da Norma ISO 9001:2015; O Sistema de Gestão de Qualidade será auditado durante o mês de junho.

ANEXO I – METAS POR MODALIDADE DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA
CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA – ATIVIDADE FORMATIVA POR CENTRO E MEDIDA

CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA - ATIVIDADE FORMATIVA POR CENTRO E MEDIDA												
Centros	Atividade Formativa	Aprendizagem	Cursos Educação e Formação Jovens	Especialização Tecnológica	Formação Modular	Cursos Educação e Formação Adultos	Formação de formadores	Formação para a Inclusão	Português para todos	Encaminhamentos	Outras medidas	Total
CEARTE	Formandos	67	24	30	3 080	71		105		360	673	4 410
	Volume Formação	60 179	10 737	17 250	181 250	48 755		10 125			27 006	355 302
CECOA	Formandos			11	4 055	220			422	360	766	5 834
	Volume Formação			4 053	166 375	121 239			66 909		4 973	363 549
CEFOSAP	Formandos				7 650		12			1 080		8 742
	Volume Formação				424 350		1 080					425 430
CENCAL	Formandos	73	38	15	3 108	213	12	15		378	1 026	4 878
	Volume Formação	59 115	31 311	4 095	163 950	131 529	1 080	2 250			39 882	433 212
CENFIC	Formandos	284		22	2 961	397				360	537	4 561
	Volume Formação	270 854		32 318	105 820	349 537					28 442	786 971
CENFIM	Formandos	1 402	341	869	5 195	882	357			4 680	2 530	16 256
	Volume Formação	1 386 851	254 030	479 536	330 335	574 504	3 474				244 219	3 272 949
CENJOR	Formandos				1 803					0	297	2 100
	Volume Formação				74 610						6 332	80 942
CEPRA	Formandos	271	32	15	952	223				360	2 408	4 261
	Volume Formação	207 217	17 062	7 020	38 604	65 820					49 292	385 015
CFPIC	Formandos	301		485	2 873	264	40			360	169	4 492
	Volume Formação	112 079		285 289	138 518	120 126	2 400				11 458	669 870
CFPIMM	Formandos	141			2 099	77				360		2 677
	Volume Formação	102 718			106 712	37 164						246 594
CFPSA	Formandos	163		80	6 170	169			461	450	1 960	9 453
	Volume Formação	156 735		57 240	424 485	133 974			71 150		20 520	864 104
CICCOPN	Formandos	321	105	176	8 755	128	60			540	1 955	12 040
	Volume Formação	193 099	62 748	64 176	219 111	44 527	3 600				40 489	627 750



Centros	Atividade Formativa	Aprendizagem	Cursos Educação e Formação Jovens	Especialização Tecnológica	Formação Modular	Cursos Educação e Formação Adultos	Formação de formadores	Formação para a Inclusão	Português para todos	Encaminhamentos	Outras medidas	Total
CINCORK	Formandos	89		16	2 830	80				360	85	3 460
	Volume Formação	64 451		13 825	76 439	41 878					724	197 317
CINDOR	Formandos	41		0	3 285	138	21			405	36	3 926
	Volume Formação	32 143		0	178 439	92 261	1 520				900	305 263
CINEL	Formandos	70		605	1 800	93				360	682	3 610
	Volume Formação	65 000		390 000	220 000	40 000					32 240	747 240
CINFU	Formandos			22	2 859	42				360	127	3 410
	Volume Formação			3 128	98 363	22 516					1 295	125 302
CITEFORMA	Formandos	33		256	4 096	241	120			360	1 954	7 060
	Volume Formação	23 048		155 316	211 195	143 287	4 530				47 237	584 613
CPJustiça	Formandos				1 394	1 116		16		405		2 931
	Volume Formação				156 782	621 431		3 008				781 221
FOR-MAR	Formandos	20	52		4 519	284	325	14		360	1 689	7 263
	Volume Formação	1 400	9 910		332 680	110 736	5 381	28			5 429	465 564
INOVINTER	Formandos	32		38	6 804	158	44		633	720	30	8 459
	Volume Formação	14 562		30 884	329 049	97 392	198		74 829		675	547 589
MODATEX	Formandos	101		48	8 404	169	12		26	1 800	1 673	12 233
	Volume Formação	38 545		24 630	763 422	101 475	1 080		3 900		58 697	991 749
TOTAL	Formandos	3 409	592	2 688	84 692	4 965	1 003	150	1 542	14 418	18 597	132 056
TOTAL	Volume Formação	2 787 996	385 798	1 568 760	4 740 489	2 898 150	24 343	15 411	216 788		619 810	13 257 544



CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA – REABILITAÇÃO

METAS 2020

MEDIDAS	CEFPI	CRP GAIA	TOTAL
Encaminhamentos	450	360	810
Informação, Avaliação e Orientação Profissional	300	620	920
Formação Profissional	345	303	648
Apoio à Formação em Contexto Regular	0	0	0
Apoio à Colocação e Acompanhamento Pós-Colocação	170	336	506
Emprego Protegido	121	0	121
Ajudas Técnicas [1]	0	520	520
<i>Prescrição</i>	0	320	320
<i>Fornecimento</i>	0	200	200
TOTAL	1 386	2 139	3 525
Outros Serviços [2]	445	85	530
TOTAL	1 831	2 224	4 055

OBSERVAÇÕES:

Estes Centros, face à especificidade do público a que se dirigem não apresenta oferta formativa no âmbito dos Cursos de aprendizagem e dos Cursos de especialização tecnológica, já que recorrem maioritariamente aos Referenciais Adaptados, de nível básico,

NOTA:

[1] CEFPI

Além destas medidas, o CEFPI tem outras formações e intervenções técnicas junto de famílias, Técnicos de Reabilitação, entidades públicas e privadas, e comunidade.

Salienta-se que enquanto Centro de Recursos do IIEFP, o CEFPI tem funções de entidade prescritora de Ajudas Técnicas, mas não estão definidas metas, dependendo do número de solicitações que sejam realizadas.

[2] Acrescentou uma linha para **Outros Serviços** que constam do Plano de Atividades, mas não estava refletido no quadro e que respeitam à formação de famílias /representantes de PCDI da UAO e UF, apoio pós estágios da UAO, apoio técnico a escolas, formação